

Revista 
Aeronáutica

ISSN 0486-6274

Número 294
2016



PRESIDENTE

Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa

1º Vice-Presidente

Maj Brig Int Altevo Volotão

2º Vice-Presidente

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira



Expediente

Abr. a Jun.

2016



www.caer.org.br
revista@caer.org.br

ISSN 0486-6274

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Central

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Sede Barra

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Sede Lacustre

Cel Int Antonio Teixeira Lima

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL

Presidente - Brig Int João Carlos Fernandes Cardoso

DEPARTAMENTOS

SEDE CENTRAL

Cultural

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Financeiro

Cel Int Júlio Sérgio Kistemarcher do Nascimento

Administrativo/Beneficente

Cel Av João Carlos Gonçalves de Sousa

Centro de Tecnologia e Informação – CTI

Ten Cel Int Franklin José Maribondo da Trindade

Patrimonial / Secretaria Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Assessor Especial da Presidência, do Dep. Social e do Hotel

Cel Av Ajauri Barros de Melo

SEDE BARRA

Desportivo

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Aerodesportivo

Cel Av Romeu Camargo Brasileiro

Operações e Coordenador Técnico

Ten Cel Av José Carlos da Conceição

Assessores

Financeiro - Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

Social - Cel Av Verner Menna Barreto Stock

Administrativo e de Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues

Infraestrutura - Ten Cel Av Alfredo José Crivelli Neto

Sede Central

Praça Marechal Âncora, 15

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200

• Tel.: (21) 2210-3212

3ª a 6ª feira de 9h às 12h e 13h às 17h

Sede Barra

Rua Raquel de Queiroz, s/nº

Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-710

• Tel.: (21) 3325-2681

Sede Lacustre

Estrada da Figueira, nº 1

Arraial do Cabo - RJ - CEP 28930-000

• Tel.: (22) 2662-1510

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel.: (21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Conselho Editorial

Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa

Cel Av Manuel Cambeses Júnior

Jornalista João Victorino

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Jornalista Responsável

J. Marcos Montebello

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Ten Cel QFO Dirce Silva Brízida

Secretárias

Juliana Helena Abreu Lima

Gabriela da Hora Rangel

Isis Ennes Pestana Santos

Colaborador - Ricardo Luiz de G. Germano

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



Avião de papel

Índice

- 4** MENSAGEM DO PRESIDENTE
Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa
- 6** NOTÍCIAS DO CAER
Redação
- 11** DEMOCRATAS E NACIONALISTAS
Presidentes dos Clubes Militares
- 12** DESEJOS RECÔNditos
Merval Pereira
Jornalista
- 14** O PT INCOMPATÍVEL
COM A DEMOCRACIA
Ives Gandra da Silva Martins
Jurista
- 16** EDUCAÇÃO E CULTURA JUNTAS
Fernado Bicudo
Produtor Cultural
- 18** PODER NÃO SER NAÇÃO
Marcio Tavares D'Amaral
Filósofo
- 20** PROGRESSO, DEMOCRACIA
E ESPERANÇAS
Roberto DaMatta
Antropólogo
- 22** A CONTRARREVOLUÇÃO
DE 1964
Olavo Nogueira Dell'Isola
Cel Av
- 24** O ESTABLISHMENT NORTE-AMERICANO
ATRAVÉS DOS TEMPOS
Manuel Cambeses Júnior
Cel Av
- 26** A EFEMINAÇÃO OCIDENTAL
Jobber Rocha
Economista
- 28** CRIME NÃO ESCOLHE CLASSE
Carlos Alberto Di Franco
Jornalista
- 30** O DIREITO DE SER INCORRETO
Alexandre Garcia
Jornalista
- 32** INOVAÇÃO É O ATALHO
PARA O DESENVOLVIMENTO
DOS BRICS
Kelly Nascimento
Jornalista
- 35** COMBATE AÉREO ALÉM
DO ALCANCE VISUAL
Gilberto Pedrosa Schittini
Ten Cel Av
- 38** CORONELISMO, ENXADA E VOTO:
O MUNICÍPIO E O REGIME
REPRESENTATIVO NO BRASIL
Victor Nunes Leal
Síntese Maria Ângela Lopes Sampaio
- 40** DE GARCIAS E BRUXAS
Paulo J. Pinto
- 44** UMA GRANDE SURPRESA
Ten Brig Ar Sergio Pedro Bambini
- 46** "FERRO GOSTA É DE CHÃO"
Mário Kalfelz
Cel Av
- 48** MEDIDA DAS COISAS
Araken Hipolito da Costa
Cel Av

Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa
Presidente do Clube de Aeronáutica

MENSAGEM DO

No dia 5 de agosto de 1946, um grupo de 314 oficiais liderados pelo então Ministro da Aeronáutica, Ten Brig *Trompowsky*, reuniu-se na sede do *Clube Militar para criar um clube de aeronáutica*.

Na ocasião, foram selecionadas e ocupadas instalações contíguas ao hangar da Panair e iniciaram-se os contatos e convênios junto à prefeitura da então Capital, no sentido de obter um espaço onde os Associados se reunissem para um harmonioso convívio, e realizar o almejado intercâmbio com a sociedade.

Fruto de idealismo e perseverança, esses pioneiros obtiveram as instalações da Estação de Hidroaviões, importante marco da arquitetura nacional, para fun-

cionar como departamento náutico e sede do Clube de Aeronáutica.

Seus sucessores deram continuidade ao trabalho desses pioneiros e, em 1965 foi ativada a Sede Lacustre, em Arraial do Cabo, e, em 1971, a sede da Rua Santa Luzia, no Centro e, finalmente, a Sede Barra em 1982.

Nesse período, o Clube de Aeronáutica engajou-se em importantes projetos para beneficiar seus associados, com a aquisição de residências por intermédio da carteira imobiliária, automóveis por uma cooperativa – Coopcar – e com a criação do Fundo Beneficente do Clube de Aeronáutica, que até hoje apresenta sólidas condições de atendimento aos seus participantes.

No início dos anos 90, o Clube enfrentou graves dificuldades que demandaram algumas ações administrativas e que, ao serem tomadas, interromperam a sua trajetória vitoriosa, em termos de evolução patrimonial. Foram priorizadas, então, medidas que determinassem a manutenção da estabilidade jurídica de nossa instituição durante as administrações do Ten Brig Ar Ivan Moacyr da Frota e do Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista. O êxito dessas medidas proporcionou um rápido retorno à trajetória de sucesso dos anos anteriores. Iniciou-se a atualização das instalações e voltamos a desfrutar de uma situação econômico-financeira extremamente sólida.

Retornamos então ao tempo da



PRESIDENTE

Estação de Hidroaviões, cuja estrutura de desembarque, em área marítima, sofreu o natural desgaste decorrente da movimentação náutica e da ação das marés. Felizmente dispúnhamos de condição financeira saudável e pudemos dar continuidade ao trabalho de renovação das dependências, restaurando o *deck*, os salões de festa, as áreas de apoio e a piscina, academia de ginástica e salas de lazer e estar dos Sócios na Sede Central, aproveitando o período das dificuldades de acesso ao Clube em decorrência das obras do Rio Maravilha.

Fomos também solicitados a cooperar com os Jogos Olímpicos de 2016, que demandavam áreas de treinamento na Sede Barra da Tijuca, como a construção

de uma pista de atletismo, a adaptação de um campo de futebol/rugby, a construção de outros dois e de um ginásio poliesportivo.

O Clube de Aeronáutica construiu dois hangares para acomodação de trinta aeronaves ultraleves em cada um e uma capela.

Tudo isso foi possível graças ao apoio e incentivo dos Comandantes da Aeronáutica, Ten Brig Ar Juniti Saito e Ten Brig Ar Nivaldo Luiz Rossato, e do Maj Brig Ar Paulo João Cury.

A atualização da Sede Central teve a participação decisiva do Brig Int Hélio Gonçalves – e sua equipe, que gerenciou os projetos de engenharia de restauração. O Brig Paulo Roberto de Oliveira

Pereira empreendeu a difícil coordenação entre as empresas que executaram ao mesmo tempo todos os projetos na Sede Barra.

É importante citar a participação do Cel Av Francisco da Costa e Silva Júnior e do Ten Cel Av Alfredo José Crivelli Neto por ocasião das obras na Barra, bem como o Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida, na Sede Central.

E, finalmente, o agradecimento aos nossos Associados, que, em alguns momentos, tiveram seu lazer às vezes prejudicado pelo intenso movimento dessas obras, bem como a todos os senhores, que abrilhantam esta solenidade.

Parabéns, Clube de Aeronáutica, pelos 70 anos de existência!



NOTÍCIAS do CAER

SEDE BARRA

Confira as novas construções implementadas para atender aos treinamentos das equipes dos Jogos Olímpicos de 2016, que ficarão de legado ao **Clube de Aeronáutica**: Ginásio poliesportivo para treinamento de Voleibol das equipes Olímpica e Paralímpica. O ginásio contará com quadra principal e duas quadras para treinamentos; arquibancada para 120 pessoas; banheiros masculinos e femininos; salas de apoio; mezanino para instalação de academia. Construído em estrutura metálica com área de 2.000m².

Construção de três campos, sendo dois para futebol/rugby e um para atletismo.

Além disso, o CAER implementou duas novas obras: a Capela de São Francisco de Assis e dois Hangares de Ultraleve.

Veja aqui o crescimento e beleza da nossa Sede Barra.





Salão de festas

Ginásio poliesportivo

Hangar Ultraleve

Capela

Hangar novo

Campo de atletismo

Hangar em construção

Campo Futebol/Rugby

Campo Futebol/Rugby

ANIVERSÁRIO DE 30 ANOS DA MESA FRANCISCO BACHÁ

Agradecemos à diretoria, em especial ao Presidente do CAER, Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa, que autorizou esta comemoração com a colocação de placa alusiva ao aniversário de três décadas da nossa Mesa, certamente a mais longeva do Clube.

Cabe-nos, por justiça, parabenizarmos nosso amigo Galliza, um dos mais antigos membros, por esta feliz ideia, assim como ao Sildes, um dos mais novos, que a tornou realidade, prova de que o tempo de convivência importa tanto quanto a motivação, o vestir a camisa. No meio-campo, entre a iniciativa e a operacionalidade, o onipresente Jansen, nosso maior interlocutor junto ao Clube. Aos três, o nosso reconhecimento.

Falar da Mesa é associá-la a quem lhe dá o nome, o nosso eterno presidente Francisco Bachá, um líder que estabelecia limites sem nunca alterar a voz e sem prejuízo algum da alegria e descontração do grupo. Deus o levou, mas não a lembrança de seus exemplos de disciplina, dignidade e honestidade, princípios natos, alicerçados

na disciplina militar e que continuaram norteando sua vida fora dos quartéis. Duas breves histórias corroboram tal assertiva: como presidente do Detran, no Governo Chagas Freitas, botou literalmente para correr escada abaixo um emissário das empresas de ônibus que lhe levara um cheque, assinado em branco, para que nele colocasse o valor que quisesse, desde que, em troca, desistisse de implantar tacógrafos nos ônibus da cidade. Já em suas sucessivas gestões como presidente do nosso Clube, tornou realidade o Edif. Santos-Dumont, cuja construtora acenou-lhe com alguns agrados, algo similar, se comparado aos tempos atuais, ao padrão Atibaia/Guarujá, “gentilezas” essas prontamente refutadas. A única coisa que aceitou e assim mesmo condicionada à assinatura de contrato com presença de testemunhas, foi o direito ao uso de uma das vagas de estacionamento no prédio, mediante aluguel mensal com pequeno desconto. Exemplos de gestões atualmente tão em falta em nosso país.

Enfim, lá se vão 30 anos desde que, em 1986, o brigadeiro e três auditores fiscais, Anibal, Figueiredo e Nestor, combinaram almoçar todas as sextas aqui no Clube, sempre um deles trazendo um litro de whisky. No auge, chegamos a 45 companheiros! Como convidados ou efetivos, permitam-nos citar alguns nomes, passaram pela nossa Mesa o Presidente João Baptista Figueiredo; os Ministros Délio Jardim de Mattos e Otavio Moreira Lima, militares de todas as armas e patentes, médicos, advogados (inclusive um primo legítimo do último líder da extinta URSS, Mikhail Gorbachev), auditores fiscais, empresários e até o autor da letra de “Pra não dizer que não falei de flores”, mais conhecida como “Caminhando”, provando que havendo boa vontade, os opostos se atraem, se aceitam e podem perfeitamente conviver em paz.

Ninguém nos abandonou por vontade própria, apenas por doença, chamamento do Pai Eterno ou, em alguns casos, pela proibição das esposas, as reais comandantes-em-chefe nos lares. O fato é que temos um grande desafio pela frente, pois atualmente a mesa do Céu está muito maior do que a nossa, portanto, que novos companheiros venham, para que nos próximos 30 anos nossos almoços continuem sendo sinônimo de alegria, conagração, respeito e amizade.

Finalmente, agradecemos pela excelente receptividade que sempre tivemos por parte de todas as diretorias, concessionários do restaurante e funcionários. Aliás, como justa contrapartida à nossa irrestrita fidelidade ao Clube, seria imperdoável omissão deixar de lembrar aquele que há anos tudo faz para nos deixar mais à vontade, com toda a sua simplicidade, aliada a muita paciência e competência. Por isso, obrigado a você também, amigo Joãozinho.



Cerimônia da placa

do CAER

INAUGURAÇÃO DA CAPELA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS



TEN BRIG AR JORGE JOSÉ DE CARVALHO

Faleceu no dia 6 de maio, na cidade do Rio de Janeiro, aos 88 anos, o ex-presidente e ex-membro do Conselho Deliberativo do Clube de Aeronáutica, Ten Brig Jorge José de Carvalho. Casado com Therezinha Mayworm de Carvalho, teve 4 filhos.

Fez carreira na Força Aérea Brasileira, sentou praça em 4 de abril de 1944 e foi declarado aspirante-a-oficial em 21 de dezembro de 1946. Galgou todos os degraus na Aeronáutica, de instrutor a comandante do Corpo de Cadetes da Aeronáutica.

Já como oficial-general, no posto de Brigadeiro, em outubro de 1969, foi chefe do Departamento de Ensino da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), uma das mais avançadas Escolas das Forças Armadas; e, finalmente, já no posto de Tenente-Brigadeiro, em 31 de julho de 1984, teve a oportunidade de dirigir o Departamento-Geral de Ensino da Aeronáutica.

Exerceu, também, as funções de Adido da Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil no Panamá. Foi, ainda, vice-chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; presidente da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional – CERNAI; comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional, diretor-geral do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Aeronáutica e, por último, comandante do Comando-Geral do Pessoal da Aeronáutica, de onde se despediu para assumir o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar.



No dia 29 de maio de 2016, foi inaugurada na Sede Barra, a Capela de São Francisco de Assis com a missa concelebrada pelos Capelães Campos, Valmir e Ronaldo, e pelo Padre Rogério.

A construção da igreja contou com doações, apoio e dedicação plena dos funcionários e amigos do Clube de Aeronáutica. Durante a cerimônia religiosa, o Superintendente, Brig Ar Paulo, proferiu os agradecimentos a todos que contribuíram para que esse antigo sonho do Clube se tornasse realidade.

Todos os domingos haverá missa celebrada por um Capelão da Aeronáutica, às 11h30.



Missa inaugural

NOTÍCIAS do CAER

SALA DE CONVENÇÕES

ABRA-PC



Em 8 de junho de 2016, a **Associação Brasileira de Pilotos de Caça - ABRA-PC** coordenou a realização de mais uma de suas palestras, todas sempre com profundo cunho operacional, que foi ministrada desta vez pelo Cel R1 Marcus Vinicius Pessôa, oficial com grande vivência operacional, inclusive na área de controle do espaço aéreo, e com Doutorado no ITA em Gerenciamento de Operações.

Com o aval da ABRA-PC, o Cel Vinicius fez sua apresentação discorrendo sobre o tema *Equilíbrio entre aeronaves, sistemas de armas e sistemas de gestão para Operações Aéreas Militares - Visão do contexto Israelense*, na Sala de Convenções da Sede Central do Clube de Aeronáutica.

A plateia foi composta, principalmente, por reconhecidos Pilotos de Caça da Reserva da Aeronáutica, além de outros convidados, e propiciou a todos a atualização de seus conhecimentos operacionais com exemplos hodiernos, tanto relativos à tecnologia como à filosofia de defesa e integração entre os diversos subsistemas envolvidos nas operações militares (Sistema de Sistemas).

Para a ABRA-PC, as palestras promovidas pela Associação, voltadas aos Pilotos de Caça e convidados, com o inestimável apoio do Clube de Aeronáutica, são uma oportunidade única para que o pessoal da Reserva se mantenha razoavelmente atualizado, e consiga aquilatar a realidade da FAB nas missões operacionais de hoje em dia.

COPAC

Nos dias 6 e 7 de junho, aconteceu na Sala de Convenções, o A-Darter Project, gerenciado pela COPAC (Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate) com o apoio do DCTA (Departamento de Controle de Tráfego Aéreo).



VISITA ÀS INSTALAÇÕES MÉDICAS NÁ BARRA

O Sr. Vitor Guimarães convidou, em nome da AMIL, o Comandante do COMAR III - Maj Brig Ar José Euclides da Silva Gonçalves; o Presidente do CAER - Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa; o Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista; o Cel Av Juarez e a comitiva do CAER, para uma visita às instalações do Américas Medical City, construído com o objetivo de criar, no Rio de Janeiro, uma cidade médica nos moldes dos hospitais referência de São Paulo.

No encontro, o Sr. Vitor Guimarães agradeceu o apoio da Aeronáutica na permissão das obras que beneficiaram, também, a coletividade, com a abertura da Av. Jorge Cury.



MENSAGEM DOS LEITORES

Général de Division Jean-François Ca-nicio - *Président de l'Association Frères d'Armes* - Agradece o recebimento da Revista Aeronáutica, parabeniza o trabalho e comunica que a revista comporá a Sala de Leitura da *École de Guerre*, em Paris.

Ministro Artur Vidigal de Oliveira - *Superior Tribunal Militar* - Agradece o envio da Revista Aeronáutica e cumprimenta pelas interessantes matérias publicadas.

Nilton Lanna - *Cel Med* - Parabeniza pela Revista Aeronáutica nº 293 e elogia, em especial, o artigo O Último Pousou.

NOTA DO EDITOR

Agradecemos as manifestações dos leitores, estendendo nossa gratidão aos colaboradores, que valorizam as nossas edições, deixando-lhes espaço aberto para o envio de textos.

DEMOCRATAS E NACIONALISTAS

Presidentes dos Clubes Militares

Valte Paulo Frederico Soriano Dobbin
Clube Naval

Gen Div Gilberto R. Pimentel
Clube Militar

Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa
Clube de Aeronáutica

Na terça-feira passada o Diretório Nacional do PT divulgou sua Resolução sobre a Conjuntura, que visa a orientar seus filiados no estudo dos problemas atuais do país e guiá-los para a luta que pretendem travar contra os *golpistas* que estão prestes a derrubar Dilma e afastar o PT do poder depois de 13 anos.

O documento apresenta uma série de chavões esquerdistas, como dizer que o Estado está agora sob a direção de velhas oligarquias, que as mesmas aplicaram um golpe de estado, que estamos adotando o modelo econômico preconizado pelo grande capital, que o *impeachment* é um golpe casuístico para depor um governo democraticamente eleito, e por aí vai.

Analisa, também, as possíveis falhas que levaram ao fim do projeto socialista de eternização no poder.

Entre tais erros, aponta:

Fomos igualmente descuidados com a necessidade de reformar o Estado, o que implicaria impedir a sabotagem conservadora nas estruturas de mando da Polícia Federal e do Ministério Público Federal; modificar os currículos das academias militares; promover oficiais com compromisso democrático e nacionalista; fortalecer a ala mais avançada do Itamaraty e redimensionar sensivelmente a distribuição de verbas publicitárias para os monopólios da informação.

O parágrafo é particularmente revelador sobre a mentalidade distorcida que domina a esquerda e a insistência em suas teses de dominar instituições que, no cumprimento da lei, impedem a realização de seus sonhos totalitários, que eles denominam democratas, na novílingua comunopetista.

Assim, enxergam uma sabotagem conservadora na ação democrática que os impediu de dominar a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, seu objetivo permanente.

Voltam, ainda, a insistir na reformulação dos currículos das escolas militares, reduto de resistência à releitura da História que pretendem, o que fica claro na Base Nacional Comum Curricular proposta pelo MEC, e também nos textos revisionistas constantes dos livros didáticos, particularmente os de História, com que vêm difundindo suas ideias distorcidas e fazendo verdadeira lavagem cerebral em nossos jovens estudantes, há longo tempo. Diga-se, também, que isso ocorre sob o olhar complacente e até mesmo sob o aplauso de mestres e pais politicamente corretos.

Insistem, por outro lado, no domínio da Imprensa por meio do controle das enormes verbas publicitárias que controlam.

Quanto à promoção de oficiais com compromisso democrático e nacionalista, isto é o que vem sendo feito desde sempre, pois as Forças Armadas são o maior depósito e fonte de brasileiros democratas e nacionalistas de que a ação dispõe.

Neste caso, democratas e nacionalistas no sentido registrado nos dicionários da língua portuguesa, ao contrário do já assimilado no senso comum modificado de que nos fala Gramsci, o que já é empregado como o sentido *verdadeiro* dos termos pelos petistas.

Para Gramsci, democracia é o sistema de governo que se funda na hegemonia das Classes Subalternas (o povo) e na absorção da Sociedade Política (o Estado) pela Sociedade Civil (*Estado Ampliado*). Neste conceito, democracia é *governo do povo*, no qual não se inclui a burguesia – *não-povo*. Não somos democratas neste sentido deturpado da palavra.

Quanto ao nacionalismo, este sentimento patriótico é explorado pelos movimentos revolucionários de esquerda como Ideologia Intermediária que induz, nos Integrantes da sociedade nacional, atitudes e opiniões (senso comum modificado e ativismo) anti-imperialistas e, por extensão, anticapitalistas e antiliberais,

Para nós, o nacionalismo é um sentimento patriótico de vinculação do indivíduo à nação, que se manifesta em atitudes e ações políticas, econômicas e sociais espontâneas e construtivas, dando prioridade ao que nos é próprio e aos interesses nacionais. Não é, necessariamente, contra ninguém ou contra qualquer ideia que não nos agrada.

Por aí vemos, mais uma vez, o cuidado que devemos ter ao ler qualquer documento de partidos esquerdistas, pois a linguagem que empregam é, maliciosamente, deturpada para que concordemos com ela.



DESEJOS RECÔNDRITOS

Merval Pereira

Jornalista

Nada como uma derrota para revelar as verdades escondidas do poder que predominou nos últimos treze anos. Além dos imensos buracos na contabilidade pública que serão denunciados pelo próprio Presidente Temer, temos agora revelados em nota oficial, alguns objetivos prioritários do partido.

Aproveitando-se da democracia, o partido sempre tentou avançar em decisões autoritárias para controlar setores fundamentais do Estado. Quando denunciado, recuava e negava segundas intenções, como nas inúmeras vezes em que tentou aprovar projetos de controle dos meios de comunicação, com diversos nomes e variadas desculpas.

Agora, afinal, o próprio Diretório Nacional do PT solta uma nota oficial, à guisa de autocrítica, que revela os planos mais recônditos. Esses comentários irritaram setores das Forças Armadas, por exemplo, e confirmam que o partido sempre pensou em controlar o Ministério Público e a Polícia Federal, além de reafirmar o objetivo de controlar os meios de comunicação através da manipulação das verbas publicitárias.

Diz a certa altura o documento do PT: *Fomos igualmente descuidados com a necessidade de reformar o Estado, o que implicaria impedir a sabotagem conservadora nas estruturas de mando da Polícia Federal e do Ministério Público Federal; modificar os currículos das academias militares; promover oficiais com compromisso democrático e nacionalista; fortalecer a ala mais avançada do Itamaraty e redimensionar sensivelmente a distribuição de verbas publicitárias para os monopólios da informação.*

O Comandante do Exército, General Eduardo Villas Boas, segundo a jornalista Eliane Cantanhede, do *Estado de S. Paulo*, reagiu com irritação à Resolução do Diretório Nacional do PT sobre Conjuntura. *Com esse tipo de coisa, estão plantando um forte antipetismo no Exército*, disse o Comandante, considerando que os termos da resolução petista de maneira geral *remetem para as décadas de 1960 e de 1970 e têm um tom bolivariano*, ou seja, semelhante ao usado pelos regimes de Hugo Chávez e, agora, de Nicolás Maduro, na Venezuela, e também por outros países da América do Sul, como Bolívia e Equador.

Segundo Cantanhede, o General Villas Boas disse que as Forças Armadas *atrasaram todo esse momento de crises cumprindo estritamente seu papel constitucional e profissional, sem se manifestar e muito menos sem tentar interferir na vida política do país* e esperam, no mínimo, reciprocidade.

Já o General Rego Barros, do Centro de Comunicação Social do Exército, me enviou uma mensagem em que afirma que *a recente resolução sobre conjuntura do PT apresenta algumas percepções equivocadas e ideologizadas sobre as Forças Armadas e a destinação das instituições que servem de esteio ao Estado.*

Para Rego Barros, *a nossa postura, sempre equilibrada, mostra porque é essencial continuarmos balizando nossas ações com base nos três pilares defendidos pelo Comandante: estabilidade – legalidade – legitimidade.*

A questão mais sensível do ponto de vista das Forças Armadas é a interferência nos currículos das escolas militares, tema que já deu problemas anteriormente. A

Presidente Dilma assinou um decreto em setembro de 2015 transferindo para o Ministério da Defesa poderes dos comandantes militares, aparentemente apenas burocráticos, mas que dariam margem justamente à interferência nos currículos das escolas militares.

Quem levou o Decreto à Presidente foi a Secretária-geral do Ministério, a petista Eva Maria Chiavon, sem consultar o Ministro interino, o Comandante da Marinha, Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, que apareceu no Diário Oficial como tendo assinado o Decreto, mas garantiu que nunca o fez.

Eva Maria Chiavon é casada com Francisco Dalchiavon, o principal executivo do MST, número 2 de João Pedro Stedile, encarregado de negociar a produção das cooperativas. O Art. 4º do Decreto revoga o Decreto nº 62.104, de 11 de janeiro de 1968, que delegava *competência aos ministros de Estado da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para aprovar, em caráter final, os regulamentos das escolas e centros de formação e aperfeiçoamento respectivamente da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica militar.*

Ao revogar o Decreto de 1968, essa função passaria automaticamente para o Ministério da Defesa. Ao identificar que o ensino e a formação dos militares poderiam ser enfiados nas mãos do Ministro da Defesa, começou a paranoia de que a esquerda petista estaria tentando avançar sobre a formação de oficiais. O Decreto foi neutralizado por outro, mas a nota do Diretório Nacional do PT mostra que realmente o partido tinha entre suas prioridades o aparelhamento do ensino nas escolas e nos centros de formação militares ■

Ives Gandra da Silva Martins

Jurista

igm@gandramartins.adv.br

O PT INCOMPATÍVEL COM A DEMOCRACIA

Li, com muita preocupação, a *Resolução sobre a conjuntura do PT*, análise ideológica, com nítido viés bolivariano, sobre os erros cometidos pelo partido por não ter implantado no Brasil uma *democracia cubana*. Em determinado trecho, lê-se:

Fomos igualmente descuidados com a necessidade de reformar o Estado, o que implicaria impedir a sabotagem conservadora nas estruturas de mando da Polícia Federal e do Ministério Público Federal; modificar os currículos das academias militares; promover oficiais com compromisso democrático e nacionalista; fortalecer a ala mais avançada do Itamaraty; e redimensionar sensivelmente a distribuição de verbas publicitárias para os monopólios da informação.

De rigor, a ideia do partido era transformar o Estado brasileiro num feudo petista, com reforma do Estado *pro domo sua* e subordinação a seus interesses e correligionários, das Forças Armadas, do Ministério Público, da Polícia Federal e da Imprensa.

O que mais impressiona é que o desventrar da podridão dos porões do governo petista deveu-se, fundamentalmente, às três instituições, ou seja, Imprensa, Ministério Público e Polícia Federal, que, por sua autonomia, independência e seriedade, não estão sujeitos ao controle

dos detentores do poder. Ao Ministério Público é outorgada total autonomia, pelos artigos 127 a 132 da Lei Suprema, e as Polícias funcionam como órgãos de segurança do Estado e não são instrumentos ideológicos, conforme determina o artigo 144 da Carta da República. A Constituição Federal, por outro lado, no artigo 220, garante a absoluta liberdade aos meios de comunicação.

Por fim, as Forças Armadas, como instituição do Estado e não do Governo, só devem intervir, com base do artigo 142 da CF, em caso de conflito entre os Poderes para restabelecimento da lei e da ordem. É de se lembrar que, tiveram, durante a crise política deflagrada pelo mar de lama que invadiu as estruturas do governo, comportamento exemplar, mantendo-se à distância como observadoras, permitindo o fluir dos instrumentos democráticos para estancarem a desfiguração crescente da República brasileira.

Controlar a Polícia Federal, que descobriu o assalto aos cofres públicos? Manietar o Ministério Público, que tem denunciado os saqueadores do dinheiro dos contribuintes? Calar a Imprensa, que permitiu à sociedade conhecer os profundos desmandos do governo por 13 anos? É isto o compromisso *democrático e nacionalista* do PT?

Modificar os currículos das Academias Militares para formar oficiais com ideologia bolivariana, a fim de servir ao governo e não ao Estado, seria transformar as Forças Armadas em órgão de repressão, como ocorre com os exércitos de Maduro ou dos Castros.

Embora tenha muitos amigos no PT, sempre divergi das convicções políticas dos governantes ora aliados da Presidência, mas sempre entendi que sua intenção era a de respeitar as regras democráticas. Desiludi-me, profundamente, ao constatar que os maiores defensores da ética, como se apresentavam quando na oposição, protagonizaram o governo mais corrupto da história do mundo.

Pretenderem agora, em *mea culpa*, arrependem-se por não terem transfigurado o Brasil numa Cuba ou numa Venezuela, é ter a certeza de que nunca desejaram viver, no país, uma autêntica democracia. Penso mesmo que a Presidente Dilma, que foi guerrilheira, como José Dirceu, intentando aqui implantar um regime marxista, durante o regime de exceção dos militares, jamais abandonou o objetivo daquela luta.

Após a leitura da *Resolução da Conjuntura*, minhas dúvidas foram dissipadas. A democracia verdadeira nunca foi um ideal petista ■



EDUCAÇÃO E CULTURA JUNTAS



Fernando Bicudo
Produtor cultural e diretor da Ópera Brasil
fernando.bicudo@uol.com.br

É uma excelente oportunidade para repensar a máquina administrativa e diminuir a burocracia que emperra o bom funcionamento do setor cultural.

A Cultura irá dispor de muito mais recursos sendo incorporada pelo Ministério da Educação. O sempre carente Ministério da Cultura (MinC), cuja participação no Orçamento Geral da União vinha oscilando entre 0,2% e 0,8%, certamente será muito melhor aquinhoadado de recursos estando incorporado ao Ministério da Educação, que, obrigatoriamente, não pode ter menos do que 10% do Orçamento.

Acredito ser uma boa mudança, uma ótima oportunidade para se obter mais recursos. A classe artística vinha reivindicando que o orçamento do MinC fosse de 1% do total do Orçamento da União. Agora, acredito que poderemos ter condições de atingir e até superar essa meta.

É uma excelente oportunidade também para repensar a máquina administrativa e diminuir a burocracia que emperra um bom funcionamento da cultura e trata os produtores artísticos e os patrocinadores sempre com grande desconfiança, como foras da lei.

É a chance, quem sabe, de se ter o retorno dos supereficientes Serviço Nacional de Teatro, Serviço Nacional da Dança, Serviço Nacional de Música e Serviço Nacional do Livro, dentre outros. Tomara que tenhamos menos verbas para os interesses político-partidários e mais investimentos na brasilidade, na valorização de nossa cultura popular e folclore, que formam a base de nossa cidadania.

A música clássica foi totalmente abandonada pelo MinC. Por exemplo,

a ópera – a mais cara expressão das artes cênicas, que não sobrevive sem subsídio governamental em nenhum país do mundo – simplesmente não existe na estrutura do MinC, não recebe recurso algum, nada.

No Rio de Janeiro, por exemplo, quando o secretário de Educação e Cultura era Arnaldo Niskier, o Teatro Municipal se beneficiou de generosas verbas do Salário Educação para suas produções de óperas, balés e concertos, além da manutenção de seus corpos artísticos com salários muito superiores aos de hoje.

Na gestão seguinte, assumiu Darcy Ribeiro, e continuamos tendo uma política cultural totalmente integrada com os Cieps, escolas em tempo integral que ele implantou por todo o estado. Nessa época, fui diretor artístico do teatro, e minha prioridade era um amplo programa de formação de plateia com alunos da rede pública e apresentações ao ar livre.

Fizemos parceria com o Projeto Aquarius, do GLOBO, e apresentamos a ópera *Aída*, de Verdi, completa com cenários e figurinos, na Quinta da Boa Vista, para um público recorde de meio milhão de pessoas, em 1986. Quando remontamos duas temporadas depois, tivemos excursões organizadas para assistir à ópera, vindas de várias partes do Brasil e até do exterior: Buenos Aires, Milão e Nova York.

Diante da enorme repercussão internacional, o Metropolitan Opera de Nova York adquiriu a produção, que ganhou o Prêmio Emmy de melhor espetáculo das artes cênicas de 1989, tendo sido transmi-

tida três vezes mundialmente pela televisão e pelos cinemas, a última no ano passado.

Nestes tempos de penúria, é bom lembrar que a cultura é o mais poderoso instrumento de desenvolvimento econômico de uma cidade e o mais eficiente equalizador de injustiças sociais. O turismo cultural é a indústria que, para cada real investido em um espetáculo, é o empreendimento mais capaz de criar renda e gerar emprego, direta e indiretamente.

Sem esquecer que a vocação natural do Rio de Janeiro é o turismo cultural, é válido destacar que a cidade de Nova York saiu da falência total, que havia sido decretada em 1970, graças à cultura. Isso porque os artistas, inconformados com a carência dos serviços, o abandono dos empresários e visitantes, além da crescente violência, se reuniram e criaram a célebre campanha *I Love New York*, com espetáculos teatrais e musicais que atraíram de volta os turistas e as convenções das empresas. Resultado: aumentou o movimento dos hotéis, restaurantes e demais serviços na cidade. Com isso, a arrecadação de impostos da prefeitura aumentou, e a cidade saiu da falência, graças aos artistas!

Alexandre, o Grande, que conquistou o maior império na Antiguidade Clássica, ensinava a seus generais que toda conquista militar era provisória, se não fosse acompanhada por uma conquista cultural. Assim, disseminou centros culturais em todas as regiões que conquistava. A sobrevivência de um povo ou de uma nação depende da força de sua cultura ■

PODER NÃO SER NAÇÃO

Marcio Tavares D'Amaral
Filósofo

Não são os Estados que têm História, são as Nações

O Brasil tem povo, claro. Duzentos milhões de pessoas, uma população. Um território contínuo. A mesma língua. Diferenças de interesses sociais, econômicos, culturais, provocando dissensos e consensos e um movimento no tempo. Um temperamento comum, outrora cordial. Alguns valores próprios. É possível, no entanto, que esse povo não seja uma Nação. E nessa época pós-moderna de *fim da história* e diminuição de poder dos Estados nacionais, não ser Nação pode tornar esse povo irrelevante no mundo.

Entretanto Estado o Brasil tem. Podemos estar vivendo esse enorme paradoxo: termos Estado e não sermos Nação. O Estado é a Nação politicamente organizada. A Nação é o povo politicamente organizado. Estado nós temos porque herdamos. Ao povo não foi permitido organizar-se de modo que seu passado de luta e festa, discórdia e amor, fizesse para ele uma História. Não são os Estados que têm História, são as Nações. E para nós talvez os canais de circulação das forças vitais de uma Nação tenham sido entupidos na Colônia, e, depois, o hábito ajudando, não tenham conquistado uma razoável permeabilidade.

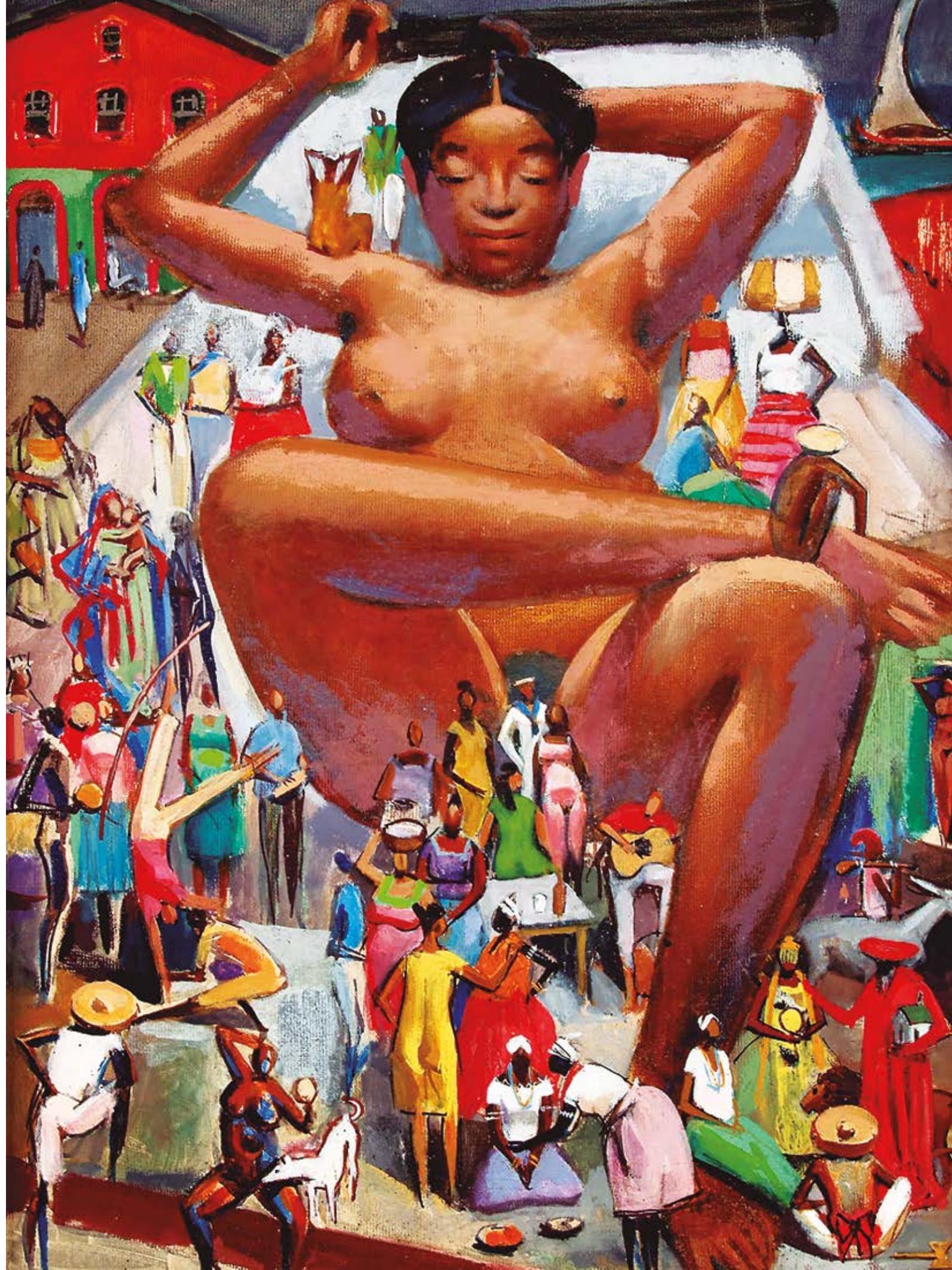
Mas Estado, Estado temos. Herdamos de Portugal. E repetimos. Como se fosse o único modo de organizar o poder. Portugal precisou inventar um Estado antes que andasse por ali um verdadeiro povo português, pronto a organizar-se em Nação. Precisou disso. Os galegos ao norte, os espanhóis a leste, os mouros no sul – e no oeste o mar. Um território encurralado. Na sua defesa, nasceu, ainda no século XII, a monarquia mais antiga da

Europa. As outras, os Estados modernos, já se erigiram a partir da história dos seus povos, de identidades conflituosas, mas seguras, mais tarde chamadas *identidades nacionais*. Portugal foi um Estado que criou uma Nação. Efetivamente criou-a. E com ela pôs no mapa um mundo. O nosso.

No Brasil também o Estado precedeu a Nação. É um começo torto, quando acontece. É preciso prestar muita atenção ao que fermenta no povo para pôr-se o Estado em sintonia com ele, e deixar vir uma Nação e correr uma História. Aqui, aparentemente, não se fez. Os movimentos que procuraram expressar valores fortes, identitários, partilháveis, foram submetidos. Ia escrever *esmagados*. Estou generoso hoje. O certo é que a Nação não foi chamada à *sua* independência. O Príncipe resolveu o assunto. A Independência foi *declarada*. A República também. O General Deodoro, líder da *Questão Militar* que sacudia o Império, foi posto a cavalo no Campo de Santana e, parece, gritou *Viva o Imperador!*. Para uma Proclamação da República, meio chocho... Só à noite o convenceram a formar um governo provisório. A República nasceu na casa de Deodoro, numa reunião. O povo estampou um jornal do dia seguinte, *assistiu bestificado* a essa Proclamação. Não foi convidado para a festa. São apenas dois marcos: a Independência e a República. Mas que marcos! O que eles mostram é isso: há projetos de futuro para o Brasil – mas são improvisados, pertencem às elites, dispensam o povo, e não resultam de um passado avolumado pesando sobre o presente, dando-lhe mobilidade de ruptura. Futuro de Estado. Ausência de Nação. Carência de História.

Animaram-me apesar de tudo as manifestações de 2013. Não tinham bandeiras. Ou tinham-nas demais. Não apresentaram propostas, ou apresentaram demais. Não tinham projeto. E isso não me pareceu ruim. Porque projetos, no Brasil, sempre pertenceram ao Estado. Inclusive o projeto de democracia, que não subiu de um povo derrubando bastilhas. 2013 deu alguns bons sinais: o Estado que venha ao nosso encontro, os partidos que nos representem. Ou teremos problemas. Sérios. – O Estado não se moveu. Os partidos fingiram que não era com eles. Resultado: na saída das eleições de 2014 jornais estamparam um mapa do Brasil azul no Sul e parte do Sudeste – o Brasil mesmo – e vermelho daí para cima – a Nova Cuba. Que foi como dizer: se saiu Nação das urnas, saíram duas. E só uma é Brasil. Hoje, nas ruas onde as duas *Nações* se enfrentam, um dos sinais dessa dualidade é o monópólio dos símbolos nacionais por uma das forças em confronto. Há outro símbolo, recíproco: o ódio. A xenofobia interna. A vontade de uma parte do povo expulsar a outra para os quintos dos infernos. A mesma língua já não garante unidade. Inventam-se palavras para recusar a fraternidade de um povo em comum.

É para nos preocuparmos. O Estado brasileiro está num momento de abismo. E não está contando com uma Nação para lhe servir de abrigo e afago. Sem Nação, o povo terá sido derrotado de novo. Mas dessa vez por si mesmo. Será ele, seremos nós, os responsáveis, perante a História, por não termos constituído uma Nação quando ainda dava tempo, bem agora, no vendaval do furacão ■





PROGRESSO, DEMOCRACIA E ESPERANÇAS

Roberto DaMatta
Antropólogo

Não se pode transformar o campo mais nobre e mais importante para o progresso de um país – a sua administração pública – num pântano.

Somos empolgados pela mudança, mas, como revelou Freud, ela precisa da coragem para dialogar com demônios. O progresso decreta respeito, senão ele se desmancha na primeira ressaca, como as nossas ciclovias.

Vivemos num mundo no qual as *páginas devem ser viradas*, embora a narrativa ancorada num progresso cumulativo ordene releituras. A leitura é o ideal; a releitura, uma necessidade.

Estamos testemunhando uma dramática releitura do Brasil como país. Não estamos relendo suas páginas como sociedade e cultura como fazemos quando falamos de comidas, música ou quando discutimos *bundas* ou carnaval.

O Brasil está falido e, nas vésperas de um desfecho que nos atinge como um todo, não há escolha. Enquanto a maioria torce por uma narrativa razoável, uma minoria, que opta pela negação e pela repressão, reitera que prefere apostar novamente no familiar *quanto pior, melhor*.

Estamos acostumados ao mote do *eu já vi esse filme*, indicativo do retorno de dramas reprimidos. Mas o imperativo de mudar é inadiável.

Um amigo gostaria de uma *limpeza geral*. Eu, humildemente, lembro que o drama é sempre maior que os atores. Num sistema que se diz *democrático-liberal* – embora muitos tomem isso como um insulto, a peça sempre terá dois lados, apesar de um deles ter como objetivo englobar temporariamente o outro.

O problema hoje não é substituir os jogadores; a questão é tirar de campo os atores indesejáveis ao ponto da degradação do próprio jogo. Não se pode transformar o campo mais nobre e mais importante para o progresso de um país – a sua administração pública – num pântano. Substituir um capitão de time é algo delicadíssimo. É um ato doloroso, mas ele não significa liquidar o jogo. O ideal democrático continua, desde que, como disse com propriedade o senador-relator Antonio Anastasia, os adversários honrem o fato de que pertencem a partidos diferentes, mas balizem a disputa com sua lealdade à democracia.

Convenhamos que não se pode admitir a nomeação de quase dez mil cargos comissio-

nados somente por critérios partidários, pois é isso que assassina o espírito das instituições. Todos – como enfatizou numa rara lição de liberalismo o citado senador, são membros de um partido e de um time que deseja vencer. Isso é o óbvio. Mas o que não é óbvio é descobrir que a vida política não pode ser reduzida somente a interesses e projetos partidários e pessoais.

Caso assim fosse, a desconfiança e a lealdade seriam os maiores obstáculos ao progresso democrático. Realizado com honra, o movimento parlamentar não pode ter como alvo – exceto por projeção construída pela má-fé – somente a vitória de um partido a qualquer preço.

Se um time de futebol é tão desleal a ponto de querer vencer todos os campeonatos e fazendo com que se pergunte, como o Galvão Bueno, o significativo *pode isso, Arnaldo?! –* o futebol acabaria por inanição. Ele deixaria de ser um jogo para ser teatro ou filme reprisado.

Por isso a democracia é um regime alérgico ao radicalismo absoluto, à fé cega e, acima de tudo, à desonestidade e à conivência. Numa palavra, a uma ética de condescendência. Com a conhecida moralidade do tudo o que fazemos é certo e tudo o que vocês fazem é golpe. Sem o risco, sem a incerteza e sem o imprevisto, mas com um acordo básico no progresso e na igualdade de todos perante a lei como um valor, deforma-se a democracia.

Se eu posso, com a minha insignificância como colonista desejar algo ao Governo Temer, desejo rigor e austeridade. Que ele tenha uma compostura jamais vista no Brasil. Que tenha a vontade de transformar *governantes* (ou donos) do Estado em servidores da sociedade. Sugiro – e respeitosamente demando – a supressão de todas as figuras de privilégio e hierarquia que fazem o ator comer o cargo, e o criminoso não ser punido.

É preciso terminar regalias como casa, criadagem, comida e *aspones* que fabricam os *donos do poder*. É necessário impedir a nomeação por gosto e favores partidários ou sexuais.

Em suma, há que se adotar uma inédita e resoluta prática igualitária, sem a qual vamos continuar eternamente sendo os mentirosos engratados de sempre ■

A CONTRARREVOLUÇÃO

Passados cinquenta anos desde a conflagração do movimento de 31 de março de 1964, que depôs o Presidente João Goulart, os governos militares que o sucederam, as Forças Armadas e os militares em geral, continuam sendo alvo de injustas difamações. Por ignorância, má-fé ou leviandade, pessoas de boa formação, que gozam de credibilidade, fazem, às vezes, afirmações equivocadas que falseiam a História e abalam o conceito das Forças Armadas perante os jovens e a opinião pública. Há alguns anos, um professor de português, competente e de grande prestígio, em sua coluna semanal em jornal, ao explicar a diferença entre o moral e a moral, iniciou a sua aula afirmando: (...) *Durante a última ditadura militar, de 1964 a 1985, era proibido falar de muitas coisas. De liberdade, por exemplo. Quem falava de liberdade era chamado de subversivo, comunista, traidor da pátria etc. Falar de reforma agrária, então, era um deus-nos-acuda. Podia ser o caminho para um voo de helicóptero, não para aproveitar a paisagem, mas para um salto em alto mar.* Como oficial-aviador, que teve a honra e o privilégio de servir à Força Aérea por mais de 30 anos, afirmo, com absoluta convicção: um Comandante da Força Aérea, ou da Marinha, ou do Exército, jamais deu ou daria tão cruel, desumana e absurda ordem, para jogar um passageiro para fora do helicóptero. O então Tenente-Coronel Jarbas Passarinho (1920-2016), várias vezes ministro de Estado, e uma das maiores reservas morais do Brasil, ao assumir o governo do Pará, em cerimônia solene, no plenário da Assembleia Legislativa, após o juramento constitucional, proferiu emocionado discurso, comentado posteriormente por ele mesmo, em seu histórico livro, *Um Híbrido Fértil*, publicado

em 1996, onde afirma: *Pelo tom de meu discurso, eu traduzia o horror que o totalitarismo me inspirava, o Partido único, o Estado policial, a sociedade sob o medo da delação, a hediondez dos campos de concentração e a completa falência da pretendida 'face humana do marxismo'. O meu discurso de posse revelava a preocupação com a expansão comunista mundial. Hoje, minhas palavras podem soar como alarmismo, mas os fatos históricos têm de ser interpretados na moldura de seu tempo. Nos idos de 1963 e 1964, o comunismo já havia chegado a 90 milhas da costa americana da Flórida, desafiando a maior potência militar do mundo. Por isso, insisto em que, em 1964, foi uma contrarrevolução (...).*

Como a Inconfidência Mineira, com Tiradentes, que ocorreu em Minas, a contrarrevolução também começou em Minas, precisamente às 20h30 do dia 30 de março de 1964, em Belo Horizonte, quando o General Carlos Luís Guedes, Comandante da Quarta Infantaria Divisionária, reuniu seus comandados e comunicou sua decisão, que contou com o apoio imediato do Governador Magalhães Pinto.

Em menos de 72 horas, terminou o movimento, vitorioso em todo o país, e o Presidente João Goulart foi deposto. Não se pode deixar de louvar a atitude do ex-presidente, o qual, não reagindo, e exilando-se no Uruguai, evitou o derramamento de sangue. De fato, decorrente da contrarrevolução, não adveio nenhuma morte.

Com a contrarrevolução ainda em curso ou após o seu término, em todo o país a população comemorou e os principais jornais publicaram: *Correio da Manhã*, 31 de março de 1964, *O Brasil já sofreu demais com o governo atual. Agora, basta!*; *O Globo*, 2 de abril de 1964, *Fugiu Goulart*

e a democracia está sendo restaurada; 5 de abril de 1964, *A revolução democrática antecedeu em um mês a revolução comunista*; *O Estado de São Paulo*, 1º de abril de 1964, *Minas desta vez está conosco*; *Jornal do Brasil*, 1º de abril de 1964, *A legalidade está conosco e não com o caudilho, aliado dos comunistas*; *Estado de Minas*, 4 de abril de 1964, *Todo o poder ao glorioso Exército do Brasil*.

Ao contrário do que ocorre em alguns países, em que opositores derrubam o governo em proveito próprio, o General Castello Branco assume a presidência e, de imediato, limita a duração de seu próprio mandato, com o objetivo de que, no prazo mais curto possível, fosse restabelecida a normalidade e as eleições. Inicia-se, então, a campanha JK-65 e o ex-presidente, certamente, ganharia as próximas eleições. Começam a ocorrer, no entanto, as primeiras reações ao governo militar por uma diminuta, porém ativa, parcela da população, o que obriga o Presidente, receoso de que as mudanças introduzidas após a contrarrevolução fossem inteiramente desfeitas, a adiar o retorno à plena normalidade. Sucedem-se os governos militares e o país passa por uma fase de vertiginoso progresso. Viviam-se sob uma Constituição democrática, a de 1967; os partidos políticos, o Congresso e a imprensa funcionavam normalmente. Entretanto as reações da minoria ativa continuam. E ocorre, então, o episódio da provocação, ao que parece, de propósito e premeditado, do então Deputado Márcio Moreira Alves que, na Câmara, profere insultos às Forças Armadas, particularmente ao Exército, descrito como *valhacouto* de gângsteres, ao AI-5 e às cassações. As reações da minoria ativa, armada, prosseguem cada vez mais violentas. Praticam sabotagens, assas-

DE 1964

Olavo Nogueira Dell'Isola

Cel Av

olavondellisola@task.com.br

sinatos, sequestros, roubos, e as Forças Armadas se veem obrigadas a reprimi-las. Ocorrem prisões, fugas, exílios e perdas de vidas em ambos os lados. Alguns militares são acusados de praticar torturas. A tortura é inaceitável em qualquer situação, mas é importante, também, apurar-se a causa da tortura, pois, às vezes, ela é tão grave que leva o agente repressor a perder o autocontrole e a praticá-la.

Após a Lei da Anistia, promovida no governo do último general-presidente, cessam os processos, os exilados retornam e o país volta à normalidade. Elabora-se a nova Constituição, a Constituição-cidadã, e aí surgem as primeiras retaliações contra os militares. A pretexto de se remover do texto constitucional o *entulho autoritário*, suprimem-se artigos de grande utilidade, dentre os quais o da censura, que passa a

ser considerada uma palavra proibida. Em consequência, abrem-se as portas para as novelas e os programas de televisão perniciosos, sem limites. Ex-comunistas, ex-esquerdistas, ex-socialistas e, até, ex-ativistas da reação armada, ocupam, sem quaisquer restrições, elevados cargos públicos, e as retaliações contra as Forças Armadas e os militares não cessam, até os dias de hoje ■





O ESTABLISHMENT NORTE-AMERICANO ATRAVÉS DOS TEMPOS

Manuel Cambeses Júnior

Cel Av

Membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, pesquisador associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército e conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

mcambesesjr@gmail.com

Desde o final da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos setenta do século passado, a representação centro-liberal dominou o pensamento político-estratégico norte-americano. Muito além do turbulento e efêmero movimento macartista – estilo político-filosófico adotado pelo senador Joseph Raymond McCarthy – que assolou os setores progressistas durante a primeira metade dos anos cinquenta do século passado, o grosso dos setores geradores de matrizes de opinião e de pensamento provinha, habitualmente, desse atuante grupo.

O chamado *establishment* dominava, sem rivais, o firmamento político dos Estados Unidos. O mesmo se encontrava conformado por uma coalizão de diversos organismos: centros de análises e investigação, como o Centro de Relações Internacionais de Nova York, fundações privadas como *Ford*, *Rockefeller* ou *MacArthur*; meios de comunicação diversos, em que sobressaíam o *New York Times* e as universidades tradicionais da Costa Leste, tais como *Harvard*, *Yale* e *Princeton*. Na essência, o *establishment* mantinha um respeito quase obsessivo pelas posturas racionais e moderadas e via com horror a intolerância ou o fanatismo, característicos de certas vertentes políticas emanadas do sul e do centro-oeste desse país. Suas

posturas, habitualmente, demonstravam ser moderadamente liberais e modernamente reformistas, e seu instinto apontava para o centro do espectro político.

O *establishment* entra em crise profunda ao final dos anos sessenta e começo dos setenta, como resultado das imensas contradições internas geradas pela Guerra do Vietnã e ante o voo desatado dos setores liberais. Se bem que, a partir desse momento, sua condição de epicentro de uma ampla coalizão se dilui significativamente, mas os impulsos que davam vida à mesma seguiram de pé. Diários como o *New York Times* e o *Washington Post* mantiveram, durante todos esses anos, uma atitude contestatória frente aos excessos da Casa Branca e do Pentágono, da mesma maneira que de Harvard espocavam vozes profundamente críticas. Definitivamente, podemos inferir que a seiva vital que alimentava o pensamento político norte-americano mantinha, sistematicamente, seu vezo progressista.

Na atualidade, muito pelo contrário, é da direita política desse país que emanam as matrizes de pensamento de maior força. Uma poderosa coalizão de centros de análises, meios de comunicação, universidades e fundações de direita ocupa o espaço que no passado correspondeu ao *establishment*. Centros de análises como *American Enterprise Institute*,

Heritage Foundation, *Center for Strategic and International Studies*, *Cato Institute* e *Hoover Institute* constituem os lugares de onde emergem as ideias políticas que alimentam o país conservador. Meios de comunicação como *Fox*, *Weekly Standard* ou *New York Post*, de Rupert Murdoch, ou o *National Interest* e o *New York Sun*, fundados por Conrad Black, se unem à página editorial do *The Wall Street Journal* ou a diários como *Washington Times* e a colonistas como Kristol, Krauthammer ou Boot, para criar uma matriz de opinião claramente reacionária.

De maneira análoga, universidades como *Rochester*, *Chicago* ou *George Mason* e fundações como *Scaife* ou *Bradley*, apontam para a margem direita do cenário político e econômico estadunidense. Esta poderosa coalizão conforma o novo *establishment*. A ela se une, com a força das paixões desatadas, mas não com ideias, um amplo espectro de comentaristas radicais, meios de comunicação evangélicos e *web blogs*.

Certamente diante deste curioso e instigante cenário, podemos entender a virada conservadora evidenciada nos Estados Unidos, nestes últimos anos, e claramente explicitada nos conteúdos programáticos de ordem ideológica, econômica e política apresentados pelos candidatos à presidência do país ■

A EFEMINAÇÃO

Jobber Rocha

Economista

Doutor pela Universidade de Madrid – Espanha
rochajober4@gmail.com



A recente invasão da Europa por levadas de refugiados islâmicos sírios e de outras nacionalidades tem acarretado efeitos danosos à vida social das populações europeias. Assim é que, em razão de costumes e de religião diferente, os refugiados, ao invés de se adequarem aos novos costumes daqueles países que os abrigaram (e agradecerem por esta acolhida), querem impor os seus próprios costumes e a sua própria religião aos territórios onde foram recebidos, violando, frequentemente, as leis destes países. São inúmeros os casos de mulheres agredidas e estupradas nas ruas dos países europeus, por muçulmanos, sem que elas tenham, sequer, contado com a proteção do Estado ou mesmo dos homens locais. Os países europeus que receberam refugiados estão, praticamente, sem saber o que fazer com tanta gente perambulando pelas ruas, agredindo os naturais (notadamente as mulheres), roubando, delinquindo e matando.

Razões para esta falta de ação por parte do Estado e dos homens locais podem ser buscadas (e talvez encontradas) em várias hipóteses, algumas datadas do tempo do filósofo Nietzsche e outras mais pós-modernas.

Nietzsche, em sua obra *Genealogia da Moral*, distingue duas classes de seres humanos: a dos senhores e a dos escravos (a aristocracia e a plebe). Pertencentes à classe dos senhores, duas categorias distintas competiriam entre si pelo poder: a dos guerreiros (que praticava as virtudes do corpo) e a dos sacerdotes (que praticava as virtudes do espírito). Desta competição e rivalidade, surgiram duas morais distintas: a dos senhores, oriunda dos guerreiros, e a dos escravos, oriunda dos sacerdotes. Na luta pelo poder, os sacerdotes acabaram por aliar-se aos escravos para, sobrepujando os guerreiros, ocupar o lugar dos senhores. Assim, surgiu uma nova moral, implantada pela religião mediante

OCIDENTAL

a transvaloração dos valores naturais. Foi esta nova moral que possibilitou à Igreja coroar os reis e imperadores, posto que estes, agora, rezavam pela cartilha desta.

Segundo o filósofo a análise do que é bem ou é mal, estabelecida pela religião, iria contra os valores naturais e nobres daqueles que, por seus atributos naturais, detinham o poder e a posse dos bens terrenos. Ao estabelecer, a partir de sua impotência e do seu ressentimento, a valoração dos conceitos de bem e de mal que beneficiariam os chamados escravos, em detrimento dos denominados senhores, a religião praticou uma transvaloração destes valores, convertendo em mal aquilo que antes era bem e, em bem, o que antes era mal. Para o filósofo, vontade e poder não se separam. Os fracos, segundo ele, a partir do estabelecimento destes valores morais, ocultariam a impotência com a máscara do mérito e da bondade. A baixaza transformar-se-ia em humildade, a covardia, em paciência. Os fracos, ainda segundo Nietzsche, seriam, conforme esta transvaloração, os justos que odiariam a injustiça. Assim, a moral estabelecida com base em critérios religiosos e não mais em critérios naturais, como nos primórdios, seria algo contra a Natureza do ser humano, negando a realidade da vida e justificando-se em critérios supostamente divinos. A classe dominante, a partir de então, pela aceitação e pela adoção desta mesma moral estabelecida pela religião, passou a sofrer de má consciência e criou a ilusão de que deter o poder, acumular riqueza e mandar, era algo que devia ser considerado errado. Para o filósofo, a vida consistia apenas em vontade de poder, de dominação e, em última instância, em vontade de potência. As verdadeiras virtudes para ele eram: o orgulho, a alegria, a saúde, o amor sexual, a amizade, a veneração, os bons hábitos, a vontade inabalável, a disciplina intelectual e a vontade de poder. Ele era contrário a qualquer tipo de igualitarismo e, até mesmo, à

ideia do imperativo categórico de Immanuel Kant. Como ateu, era contrário ao estabelecimento da moral por critérios religiosos.

Na pós-modernidade, no Ocidente cristão, o feminismo militante; o antiliberalismo; a tipificação do assédio sexual como crime; a educação dos filhos homens pelas mulheres, que querem que eles sejam como elas; a insegurança masculina sobre a sua própria masculinidade, incentivada pela ideologia de gênero divulgada nas escolas; a implantação do comportamento politicamente correto; a legislação referente aos direitos humanos; a legislação referente aos direitos dos homossexuais (inclusive com relação aos casamentos e adoções); tudo isto junto, teve o efeito perverso de deixar o Ocidente em posição mais vulnerável que o Oriente, notadamente neste caso presente dos refugiados islâmicos, para os quais as leis ocidentais nada valem. Os comportamentos mencionados anteriormente teriam, assim, efeminado os homens europeus frente aos árabes.

Nos países árabes islâmicos (como nos morros cariocas) o que vale é a lei do mais forte. Igreja, Estado e Sociedade são regidos por uma só lei. A mulher é considerada um ser inferior e deve obedecer ao homem, ao contrário das leis e da visão ocidental. O fanatismo religioso considera ser dever *daquele que se submete* (significado de Islã), eliminar fisicamente os hereges (qualquer um que não seja muçulmano). A autora Ayaan Hirsi Ali, em seu livro *Por que o Islã precisa de uma Reforma Imediata*, menciona que na História islâmica a terra controlada pelo Islã é chamada de *Dar al-Islam* (a morada do Islã). A terra controlada por não muçulmanos é chamada de *Dar al-Harb* (a morada da guerra). Em razão disto, os grupos islâmicos de refugiados (mesmo tendo sido acolhidos, inicialmente, com respeito e fraternidade por grande parte da população europeia) têm aplicado a JIHAD

(guerra mundial contra os cristãos), nos territórios aonde se instalaram, em uma verdadeira Cristofobia pouco divulgada pela mídia do Ocidente, que dá mais ênfase à Islamofobia ocidental.

Nos próprios países onde foram acolhidos, os refugiados implantam a SHARIA (caminho), que é um conjunto de regras comportamentais e legais, segundo creem, dado por Deus aos homens, para que organizassem as suas vidas e é, portanto, uma lei, uma lei universal. A obediência à SHARIA, assim, não é obrigatória, apenas, para os islamitas, mas, para todos os seres humanos.

Pelas razões expostas, nota-se certa fraqueza da parte dos políticos europeus em face do comportamento antissocial e ilegal dos refugiados, fraqueza esta percebida por eles que, a cada dia, ocupam mais espaço (político, econômico e social) nas cidades dos países para onde migraram. Acresce, ainda, que a culpa por estas invasões dos *novos bárbaros* em direção à Europa, é devida às políticas imperialistas dos EUA e da Rússia, em busca do domínio de fontes de energia e de estratégias geopolíticas. Todavia, estes dois países não receberam as levas de refugiados que promoveram; essas levas, no entanto, acabaram desaguando nos países europeus.

Se a Europa não reagir à altura submetendo estes refugiados e imigrantes às suas leis, em breve perderá totalmente o controle da situação, notadamente considerando que as taxas de fecundidade e de natalidade entre a população de origem árabe são muito maiores do que as da população europeia. Na França de hoje, quarenta por cento dos nascimentos se dão entre famílias árabes. O Ocidente, notadamente na Europa, necessita de uma nova transvaloração de valores (como aquela mencionada por Nietzsche), enfatizando a virilidade, a honra e a coragem, pois do lado de lá (da JIHAD islâmica), são estes os valores que contam... ■





Carlos Alberto Di Franco

Jornalista

difranco@iics.org.br

CRIME NÃO ESCOLHE CLASSE

Engana-se quem pensa que tráfico de drogas é exclusividade dos morros, das favelas e das periferias excluídas. Não é de hoje que jovens de classe média e média alta frequentam o noticiário policial. Crimes, vandalismo, espancamento de prostitutas, incineração de mendigos, consumo e tráfico de drogas despertam indignação e perplexidade.

O novo mapa do crime transita nos bares badalados, vive nos condomínios fechados, estuda em colégios e universidades da moda e desfibra o caráter no pântano de um consumismo descontrolado. Frequentemente operações policiais prendem jovens de classe média vendendo ecstasy, LSD, cocaína, maconha. Segundo a polícia, eles fazem a ligação entre os traficantes e os vendedores de drogas no ambiente universitário.

O tráfico oferece a perspectiva do ganho fácil e do consumo assegurado. E a sensação de impunidade: rico não vai para a cadeia, completa o silogismo da juventude criminosa. A delinquência bem nascida mobiliza policiais, psicólogos, pais e inúmeros especialistas. O fenômeno, aparentemente surpreendente, é o reflexo de uma cachoeira de equívocos e de uma montanha de omissões.

O novo perfil da criminalidade é o resultado acabado da crise da família, da educação permissiva, do consumismo compulsivo e de setores do negócio do en-

tretenimento que se empenham em apagar qualquer vestígio de normas ou valores.

Os pais da geração transgressora têm grande parte da culpa. Choram os desvios que cresceram no terreno fertilizado pela omissão. É comum que as pessoas se sintam atônitas quando descobrem que um filho consome drogas. Que dirá, então, quando vende.

O que não se diz, no entanto, é que muitos lares se transformaram em pensões anônimas e vazias. Há, talvez, encontros casuais, mas não há família. O delito não é apenas o reflexo da falência da autoridade familiar. É frequentemente um grito de revolta. Os adolescentes, disse alguém, necessitam de pais morais, e não de pais materiais.

Alguns pais não suportam ser incomodados pelas necessidades dos filhos. Educar dá trabalho. E nem todos estão dispostos a assumir as consequências da paternidade. Tentam, então, suprir o vazio afetivo com carros, mesadas e presentes. Erro fatal. A demissão do exercício da paternidade sempre acaba apresentando sua fatura.

O consumismo desenfreado, tolerado e estimulado pelas famílias, produz uma geração sem limites. O desejo deve ser satisfeito sem intermediação do esforço e do sacrifício. As balizas éticas vão para o espaço. A posse das coisas justifica tudo. É uma juventude criada de costas para trabalho. O fim da história não é nada bom ■

Alexandre Garcia
Jornalista

O DIREITO DE SER INCORRETO

Vivemos hoje sob uma nova forma de ditadura, a do politicamente correto. Na convivência, ficamos pisando em ovos para não sermos censurados em qualquer deslize de expressão do que somos e sentimos. As pessoas estão inibindo a individualidade e exigindo que todos fiquemos padronizados – como submetidos a tribunal que estabeleceu Código do politicamente correto. Dou um exemplo recente: mal Temer anunciou seu ministério e já minhas coleguinhas cobraram que não havia mulher no ministério. No dia seguinte, já havia quem exigisse a presença de negros como ministros. Ironizei lembrando que o ministério não abrigava nenhum anão. Aliás, o politicamente correto me condena por usar a palavra anão. Nas redes sociais, alguém postou uma ironia maior: Leonardo da Vinci era um preconceituoso, ao retratar a Última Ceia só com homens e brancos. Eu acrescentaria: e judeus.

Não creio que faça diferença no ministério a cor da pele ou o sexo da pessoa. Ou a sua estatura física. Fará diferença, sim, sua estatura moral e seu nível de conhecimento. Quando eu era menino, meu melhor amigo e

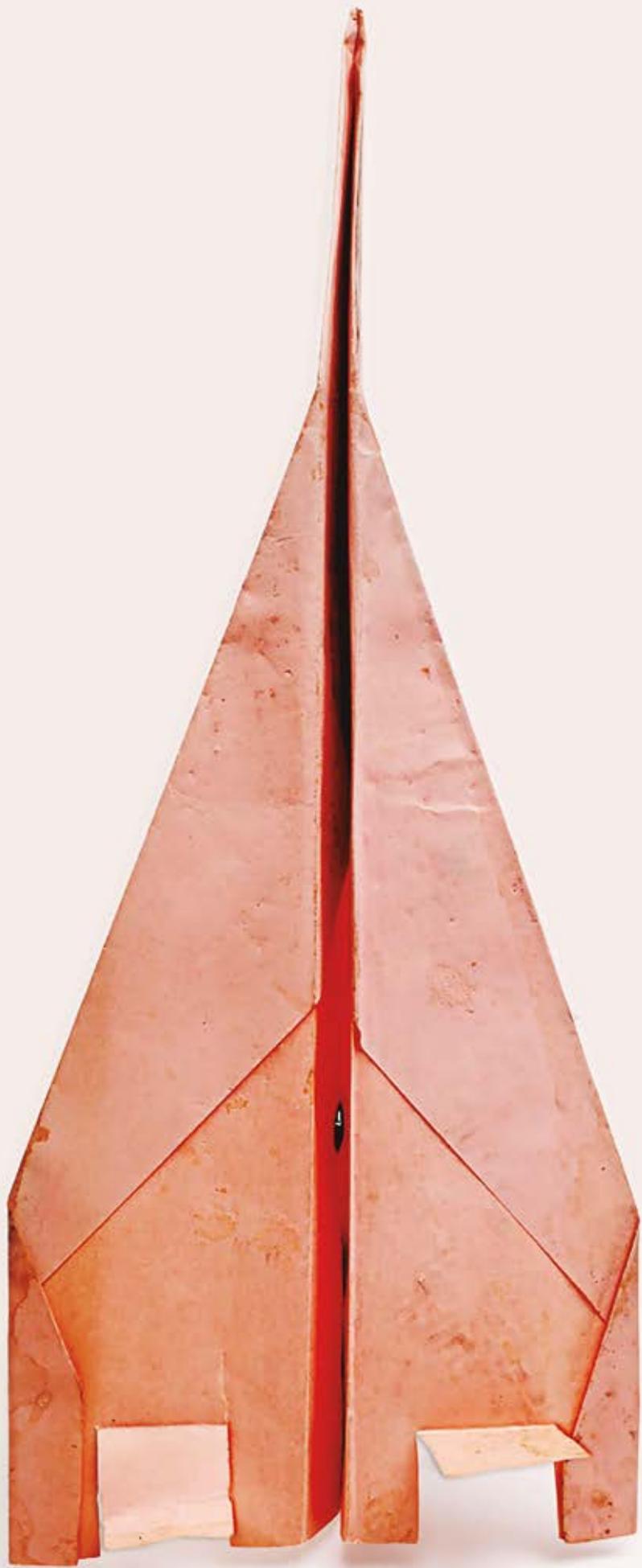
vizinho era o Negobeto. Nunca me dei conta que se chamasse assim pela cor da pele. Nunca notei diferença entre nós dois. Mas agora vejo que os governos do PSDB e do PT foram separando os brasileiros por cor da pele, por etnia e por preferências sexuais. Sempre pensei que todos fôssemos brasileiros. Agora só posso bater boca com alguém que tenha a mesma cor ou os mesmos cabelos que eu, ou o mesmo peso, ou vão me acusar de preconceituoso. Se um chamar a atenção daquela motorista loira e lépida que desceu do carro após estacionar em vaga de deficiente, ela vai alegar que tenho o preconceito de loira burra.

Não gosto de tatuagem, parece mancha ou sujeira na pele; penso que é uma mutilação, uma agressão à natureza. Mas meu modo de pensar não impediu que todos os meus três filhos – e meus netos – fizessem tatuagem. Cada um com seu direito. O meu de pensar e o deles de fazer. Meus gostos, minhas condenações, minhas aprovações são meus, como direito individual. O que não posso é hostilizar alguém que não seja do meu gosto, meu padrão. Nem o outro tem o direito de me hostilizar só porque

não tenho tatuagem no corpo. Essa é a relação de convivência. As pessoas não são iguais. Mas não se pode odiar os melhores por serem melhores. Afinal, são eles que conduzem o mundo; alguns dão emprego, outros geram atividades que beneficiam todos, não é, Leonardo, Gutenberg, Edison, Penn, Gates...?

O cúmulo da ditadura do politicamente correto é querer desfazer a separação biológica de homem e mulher, inventando a ridícula ideologia de gênero, que o politicamente correto nocivamente leva a crianças na escola. Gênero é um só: o gênero humano. Que só existe porque há uma diferença biológica: homens e mulheres. Um dia, mediando um debate, e já não aguentando a repetição da palavra gênero por parte da Ministra das Mulheres, eu a interrompi: Ministra, desculpe, eu aprendi na gramática que gênero é para coisas que não têm sexo: a poltrona onde a senhora está sentada é do gênero feminino; o sapato que eu calço é do gênero masculino. Mas a senhora é do sexo feminino e eu sou do sexo masculino e, como dizem os franceses *Vive la différence!* Graças a isso nos multiplicamos e enchemos a Terra ■





Inovação é o atalho para o desenvolvimento dos BRICS

Kelly Nascimento
Jornalista

Inovar é o verbo cada vez mais conjugado no mundo corporativo deste início de século. E também pelas nações. Não é à toa que na Declaração de Brasília – gerada pelo encontro dos ministros de Ciência e Tecnologia dos BRICS – afirma-se que a Inovação desempenha papel central na promoção de políticas macroeconômicas e sociais inclusivas, assim como no imperativo de lidar com os desafios à Humanidade impostos pela necessidade de se alcançar, ao mesmo tempo, crescimento, inclusão, proteção e preservação ambientais. Nesse cenário, pesquisa e tecnologia surgem como atalhos que podem minimizar lacunas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Mas como vai o desempenho brasileiro nesta seara?

Segundo a mais recente edição do Índice Global de Inovação, as economias dos BRICS estão ganhando terreno no assunto. Entre os *top 10* países de renda média em termos de qualidade de inovação, os BRICS estão no topo. Ao mesmo tempo, a distância entre a China e os outros aumenta meteoricamente. A Rússia já faz parte do grupo de alta renda. O *ranking* analisa os processos inovadores em 141 economias do mundo, com o objetivo de contribuir para a elaboração de políticas públicas de longo prazo nesses países.

Na batalha por incrementar políticas internas voltadas a fomentar um ambiente inovador, a China avança para posição número 18 no *ranking* de qualidade de inovação, mantendo o primeiro lugar entre as economias de renda média e reduzindo o fosso que a separa do grupo de alta renda. Este movimento ascendente pode ser atribuído ao seu primeiro lugar no quesito universidades de ponta, somado a avanços no número de patentes registradas.

Na esfera dos BRICS, Brasil e Índia ocupam o segundo e o terceiro lugares

nesse item. Embora os países tenham caído no ranking geral, avanços em itens que impactam a qualidade da inovação garantiram um bom desempenho entre as nações de renda média. No caso indiano, o desempenho se deve ao crescimento no total de patentes depositadas. Já a África do Sul mantém trajetória ascendente em termos de qualidade da inovação. Segundo a pesquisa, à exceção da China e da Hungria, cuja inovação exibe índices de qualidade equivalentes aos de países de alta renda, a maioria das nações de renda média ainda deve percorrer uma longa jornada para melhorar seu desempenho. “É importante salientar que mesmo os que alcançam as melhores performances nesse grupo de países dependem fortemente do trabalho das universidades para alcançar sua pontuação de qualidade superior. Deveria ser dada mais prioridade a publicações de pesquisas científicas e ao número de patentes registradas na área em que países de renda média têm o pior desempenho”, explica Soumitra Dutta, editor do Índice Global de Inovação.

Durante a 7ª Cúpula dos BRICS, os

representantes dos países-membros se comprometeram a estreitar parcerias nas áreas de ciência, tecnologia e inovação de forma prioritária, a fim de aumentarem sua competitividade. A ideia é que a cooperação de longo prazo nessas áreas ajude a superar o hiato científico e tecnológico entre os países do BRICS e as economias desenvolvidas, e estimule novas modalidades de crescimento baseadas na complementaridade econômica entre nossos países. Jorge Mário Campagnolo, coordenador-geral de Serviços Tecnológicos da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, pondera que dentre os BRICS, o Brasil não tem o melhor dos desempenhos quando o assunto é inovação: “Com relação à produção científica, superamos Rússia e África do Sul. Perdemos para China e Índia. Com efeito, não tem como nos comparar com a China. Nesta última edição do Índice Global de Inovação, o Brasil perdeu posições: sai do 61º para o 70º lugar. Isso demonstra as dificuldades que enfrentamos”.

O QUE DEFINE A INOVAÇÃO?

Na avaliação do editor do Índice Global de Inovação, são muitos os fatores que definem a capacidade de inovação de um país. Dutta afirma que, hoje, a inovação é um fenômeno multifacetado. “É algo que requer um número de condições importantes. A primeira de todas eu diria que é o capital humano. O país precisa investir nisso, precisa de pessoas educadas e capacitadas, que tenham curiosidade por coisas diferentes. Depois, você precisa de boas condições proporcionadas pelo governo, que tem que dar uma estrutura adequada para ajudar as pessoas a iniciar empreendimentos. Além disso, é necessário ter um ambiente de negócios que permita que estes cresçam com sucesso”, disse ele.

Segundo o especialista, para haver um incremento nas novas organizações, é preciso que haja interatividade: “As empresas devem trabalhar em parceria com outras empresas, governo e universidades. Então esses quatro elementos são os mais importantes: investir nas pessoas, ajudá-las a criar seus empreendimentos de forma próspera, ter condições favoráveis proporcionadas pelo governo e promover a cooperação entre os diversos setores”.

Gilberto Peralta, presidente da GE Brasil, empresa que se destaca por sua cultura inovadora, concorda: “A etapa mais importante para o aprimoramento dos processos inovadores está no alinhamento das lideranças e na colaboração entre os setores industrial, acadêmico e governo”.

O PANORAMA NO BRASIL

Ao avaliar o peso do ambiente de negócios para a inovação, Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Conselho de Administração da Gerdau, frisou a importância da governança na gestão para que haja estrutura de inovação: “Passamos por limitações estruturais. Ao longo dos últimos anos, o Brasil

perdeu a visão estratégica, e o setor mais afetado foi a indústria”.

Instigado a analisar o ambiente de inovação no país, Soumitra Dutta recorda o histórico brasileiro:

“Não podemos nos esquecer do sucesso do país na produção de aviões. A Embraer é uma das líderes globais nisso. Acredito que hoje somente três ou quatro países no mundo produzem aviões com alta tecnologia de maneira bem sucedida. E o Brasil também tem a Embrapa, que é uma das instituições líderes em pesquisas genéticas e tecnologias para plantas.”

Se os cases de aviação surgem como pontos fortes, a pauta econômica é um gargalo. “A estrutura econômica é fortemente baseada em commodities. O grande desafio está em transformar a economia, tornando-a mais inovadora e menos dependente das commodities, que é uma maneira mais fácil de obter recursos. Então, ser capaz de transformar as bases econômicas é a **chave** para fazer o país avançar”, avalia.

MEDIDAS PARA INOVAR

Dutta destacou as características que podem tornar a economia brasileira mais relevante nessa área. “O Brasil é um dos poucos países do mundo autossuficientes. Vocês têm recursos e capacidade de produção, além de talento humano”, disse. “É preciso criar as condições adequadas que incentivem o investimento privado. Os países que mais evoluíram tiveram melhora em virtude disso”, completa.

Campagnolo reconhece que o país tem desafios a enfrentar. “Precisamos transformar conhecimento em negócio”, sentencia. E o caminho para isso seria a desburocratização. “O Brasil precisa flexibilizar sua legislação. No momento, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que propõe a criação de um código de ciência e tecnologia para flexibilizar as leis. Grande parte do conhecimento é gerada em instituições públicas. Sem legislação acessível, fica difícil levar os negócios adiante. É importante que esse

conhecimento gerado estimule novas ‘start ups’. O empreendedorismo é um caminho importante para sairmos dessa crise.”

No empreendedorismo brasileiro, o coordenador vê pontos fortes e desafios. “O Brasil é muito empreendedor. O grande problema é que os novos negócios são de baixo valor agregado. Temos poucos negócios de base de valor tecnológica. Nessa linha, o governo lançou a Embrapii (Empresa Brasileira de Inovação Industrial), que propõe relações mais flexíveis entre instituições de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação e empresas. É um caminho importante para tentar mudar a situação no país”.

O professor emérito da USP e presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), José Goldemberg, defende incentivos fiscais para CT&I no Brasil. “Despesas com projetos de pesquisa, incluindo equipamento pessoal, são custeadas no país principalmente por instituições governamentais como o Conselho Nacional de Pesquisas, Finep e fundações de amparo à pesquisa na maioria dos estados, como a Fapesp, no estado de São Paulo. O BNDES e a Finep têm linhas de financiamento a juros subsidiados, mas que não são fáceis de acessar.”

Goldemberg defende uma Lei Rouanet para a inovação: “Parece oportuno propor que empresas públicas ou privadas em geral apliquem, voluntariamente, um percentual fixo do seu faturamento em pesquisas, o que seria, na prática, equivalente a estender a Lei Rouanet às atividades de pesquisas científicas e tecnológicas. É fácil demonstrar que os ganhos de produtividade e, portanto, da economia do país, que resultam de pesquisas científicas e tecnológicas, compensariam as eventuais perdas. Só para dar um exemplo, estudos econométricos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo, mostram que cada real investido em pesquisas agrícolas resulta num retorno de R\$ 10 na produção”. Promissor ■

COMBATE AÉREO ALÉM DO ALCANCE VISUAL

Gilberto Pedrosa Schittini

Ten Cel Av

Diretor ABRA-PC

gschittini@terra.com.br



Com o desenvolvimento do radar aerotransportado e do míssil guiado logo após o término da Segunda Guerra Mundial, surgiu a oportunidade de que os aviões de caça iniciassem os procedimentos para destruição dos aviões inimigos em distâncias além do alcance visual (vamos nos referir a esta modalidade de combate usando sua sigla em inglês – combate BVR, isto é, *Beyond Visual Range*).

A superioridade aérea era e continua sendo mandatória para permitir a requerida liberdade operacional às forças amigas, inúmeras são as questões sobre o uso do combate BVR na obtenção e manutenção da superioridade aérea. Eis algumas delas:

– Quão eficaz pode/deve ser o combate BVR?

– Com o combate BVR novas variáveis

são introduzidas no cenário. Quais são estas variáveis? Como elas devem ser gerenciadas?

– Quais são os elementos mais importantes para tornar eficaz o combate BVR? Tecnologia? Treinamento? Vantagem numérica? Iniciativa?

Na tentativa de responder a questionamentos semelhantes, o modelamento matemático tornou-se, durante a Segunda Guerra Mundial, uma ferramenta importante para análise das operações de combate. Foi nesse período que a Pesquisa Operacional, um novo campo da matemática, se estabeleceu como uma ferramenta de apoio para as decisões de investimento, desenvolvimento de doutrina, estratégias, composição de forças e escolha de táticas. Muitas vezes modelos simples são suficientes para apontar a melhor estratégia

ou tática e, à medida que a experiência aumenta com a práxis, os modelos podem ser ajustados para continuarem sendo usados na exploração de novas soluções e doutrinas e novos sistemas operacionais.

Vamos então tentar efetuar uma análise simples do desfecho de um combate BVR fazendo alguns cálculos de probabilidades e ver que conclusão se pode extrair do exercício mental. Não vamos entrar em detalhes táticos ou do uso de medidas e contramedidas eletrônicas, apenas iremos supor que elas existem e estão sendo utilizadas. Como hipótese, os mísseis usados são dos mais modernos, equipados com sensor radar ativo e com enlace de dados para serem orientados enquanto não adquirem a capacidade de perseguir o alvo autonomamente. Tais mísseis, uma vez que estejam dentro de certos parâmetros, dificilmente não atingirão

o alvo, e estas condições serão referidas pela expressão em inglês – *no escape zone*. Dito isto fica claro que o objetivo do combate BVR é colocar o oponente dentro das condições da *no escape zone*, evitando que ele faça o mesmo. O real desafio reside na capacidade de detectar o oponente, de comando e controle, de aplicar táticas e técnicas com vários níveis de complexidade, à medida que o combate prossegue. Vejamos então um engajamento 1 contra 1 de dois caças de terceira ou quarta geração, igualmente capazes em combate BVR – caça A contra caça B.

MODELO ANALÍTICO SIMPLES DE COMBATE BVR

O caça A e o caça B se aproximam pelo setor frontal, podendo ou não saber da existência do outro via *data link* com outros meios de detecção. À medida que a distância entre eles diminui, um ou ambos estarão ao alcance do radar do outro. O caça A, ao confirmar a presença do caça B, começa seus procedimentos para disparo do míssil BVR. O caça B poderá adotar um dos três procedimentos a seguir:

Permanece no curso original, seja por falha de equipamento ou escolha tática, como se não tivesse notado a presença do caça A;

Reverte o curso e abandona a área a alta velocidade;

Aponta o seu nariz para o caça A, engajando combate.

1º Caso

Neste caso, então, o caça B, por algum motivo, não se defende do caça A. O caça A, no devido momento, disparará um ou mais mísseis contra o caça B.

Seja então:

p a probabilidade de um míssil destruir o caça B;

n o número de mísseis disparados;

$P(n)$ a probabilidade de destruição com n mísseis;

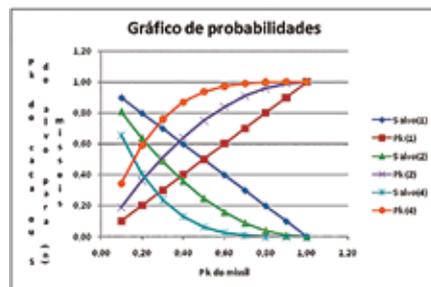
$S(n)$ a probabilidade de sobrevivência de B aos n mísseis disparados;

$$S(1) = 1 - p$$

$$S(n) = (1 - p)^n$$

$$P(n) = 1 - S(n)$$

A Figura 1 apresenta estes parâmetros de forma gráfica:



Este caso simples representa, por exemplo, o engajamento do velho Mir III E equipado com o míssil Matra 530 contra um caça de segunda geração. A análise numérica nos indica que para se garantir uma razoável probabilidade de destruição do alvo, seja, por exemplo, 70% de P , é necessário um míssil eficaz, disparado em condições ideais, ou então a utilização de mais de um míssil. Esta é uma explicação para o insucesso dos disparos BVR na Guerra do Vietnã, em que os mísseis AIM-7 apresentaram um Pabaixo de 10%.

2º Caso

No segundo caso não haverá engajamento, e não faremos uma análise.

3º Caso

Neste caso haverá um combate BVR. Vamos imaginar então a dinâmica deste combate e desenvolver um modelo simples, tentando extrair algum conhecimento que possa ser relevante para maior compreensão do processo. No caso mais óbvio, o caça B aponta seu nariz para o caça A e ambos iniciam procedimentos para disparo de seus mísseis. Neste caso ninguém foi surpreendido, ambos tinham consciência da situação e engajam em iguais condições. Para a análise, vamos supor que o caça A conseguirá disparar seu míssil antes do caça B. Tendo disparado seu míssil a longa distância, o caça A será forçado a manter o caça B iluminado pelo seu radar para poder enviar, via *data link*, correções de meio curso para seu míssil,

até que este adquirira o caça B com seu sensor e comece a rastrear-lo autonomamente. O míssil deverá rastrear o caça B por mais alguns segundos até alcançar a sua *no escape zone*. O caça B foi alertado por seus sistemas eletrônicos de que estava sendo rastreado por um radar e de que um míssil foi disparado em sua direção e, que, portanto, ele deve agir defensivamente para evitar ser abatido. Entretanto o caça B também consegue parâmetros de tiro e dispara seu míssil, sendo obrigado também, como o foi o caça A, a manter o alvo iluminado até que seu míssil consiga agir autonomamente. Porém, como disparou seu míssil a menor distância, deverá fazê-lo por menos tempo. Neste ponto o combate tem quatro resultados possíveis:

- Logo após disparar seu míssil, o caça B entra na *no escape zone* do míssil A e é abatido;
- Mesmo tendo sido abatido, o caça B também conseguiu rastrear o caça A com seu míssil, que o abate, apesar das manobras defensivas;
- O míssil do caça B não teve tempo para rastrear o caça A, que não é abatido;
- O caça B, apesar das dificuldades, consegue bloquear ou romper o rastreamento do míssil do caça A e não é abatido.

Enfim, este combate assemelha-se a uma luta de facas dentro do elevador, sendo mais provável que os dois oponentes sejam mortalmente feridos, e a menor probabilidade é de que ambos saiam ilesos. Nas publicações das referências, encontramos que: há 25% de um dos caças derrubar o outro e sobreviver, e 50% de chance de ambos serem derrubados.

Incluindo números

Apesar de mais complexo, é possível executar uma investigação numérica dos possíveis resultados do engajamento descrito acima. Na verdade é perfeitamente possível fazer uma avaliação numérica de engajamentos muito mais complexos.

Como este não é um trabalho de matemática e estatística, diremos apenas que a demonstração das equações que vamos apresentar encontra-se nas publicações das referências. Sejam:

P_A = probabilidade de sucesso do míssil do caça A;

P_B = probabilidade de sucesso do míssil do caça B;

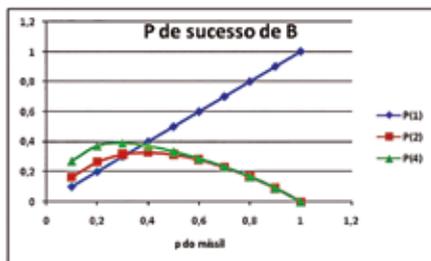
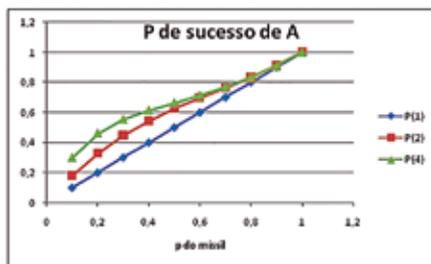
$P_A(n)$ = probabilidade de sucesso do caça A com n mísseis;

$P_B(n)$ = probabilidade de sucesso do caça B com n mísseis.

Obs.: o caça A atira primeiro.

$$P_A(n) = \frac{P_A [1 - (1 - p_A)^n (1 - p_B)^n]}{1 - (1 - p_A)(1 - p_B)}$$

$$P_B(n) = \frac{P_B (1 - p_A) [1 - (1 - p_A)^n (1 - p_B)^n]}{1 - (1 - p_A)(1 - p_B)}$$



Aos modelos apresentados faltam fatores importantes a serem considerados para uma representação mais realista, entretanto, apesar da simplicidade, podemos chegar a algumas conclusões valiosas:

– Tanto no 1º Caso quanto no 3º Caso fica evidente que é necessário que o míssil tenha um p de pelo menos 0,6 e que, ainda assim, podem ser necessários dois mísseis por alvo;

– O 3º Caso mostra quão favorável é o resultado do combate para o primeiro que conseguir disparar seu míssil. O caça B somente tem alguma chance de derrubar o caça A com o primeiro míssil. Se nos concentrarmos apenas no

requisito – ser o primeiro a atirar, para determinarmos o que é necessário fazer em termos de doutrina, estratégia, tática, características do avião e do míssil, dos meios de detecção do alvo, da capacidade de comando e controle e disseminação das informações para que todos os envolvidos no processo tenham adequado conhecimento da situação do engajamento para garantir o sucesso, o modelo simples de probabilidades apresentado acima já terá sido válido.

Mesmo numa abordagem simples do combate BVR é possível estender ainda a análise para pelo menos um aspecto do engajamento de muitos contra muitos. Podemos tentar *um golpe de vista* para determinar quantos dos nossos muitos seriam necessários para vencer os muitos deles. Será que existe uma bola de cristal que permita tal tentativa? Na verdade existe.

Lanchester Equations

Frederick William Lanchester – engenheiro britânico – foi o primeiro a aplicar matemática na tentativa de prever o resultado de uma batalha. Foi engenheiro do *Royal Air Corps* durante a Primeira Guerra Mundial e desenvolveu um modelo para análise de uma batalha aérea. Ele assumiu que, para duas forças, uma com $x(t)$ combatentes e outra com $y(t)$ combatentes, haveria um conjunto de equações diferenciais que poderia servir de modelo para o combate, a ponto de possibilitar a previsão do resultado. As equações de Lanchester são ensinadas em quase todas as Escolas Militares do mundo. Elas constituem um modelo acadêmico, mas são úteis para análise da guerra moderna desde que o analista saiba o que está fazendo.

Modelo de atrito:

Descreve a razão de perdas de uma força em função do tamanho da força, da eficiência em combate do oponente e do tamanho da força oponente:

$$\frac{dx}{dt} = f_1(x, y, \dots) \text{ e } \frac{dy}{dt} = f_2(x, y, \dots)$$

A solução destas equações para $x(t)$ e

$y(t)$ proporciona alguma visibilidade para o resultado da batalha. Matematicamente seria:

$$\frac{dx}{dt} = -ay \text{ e } \frac{dy}{dt} = -bx \text{ para } x(0) = x_0 \text{ e } y(0) = y_0$$

Onde $a > 0$ é a eficiência em combate de y e $b > 0$ é a eficiência em combate de x . $x(0)$ e $y(0)$ = número inicial de combatentes.

Dividindo uma equação pela outra, e resolvendo a equação diferencial teremos:

$$ay^2 = bx^2 + C \text{ Lanchester square law}$$

Supondo que $C = 0$ para facilitar uma conclusão, veremos que se as forças forem igualmente eficientes não haverá vencedor. Se houver diferença de eficiência, a força com menor eficiência deverá ter um efetivo inicial igual à raiz quadrada da eficiência relativa vezes o tamanho da força oponente apenas para empatar as possibilidades. Por exemplo: se uma força inimiga de quatro aviões, com uma eficiência de combate duas vezes maior do que a força amiga, o efetivo da força amiga enviada para interceptar deve ser de seis aviões somente para empatar as probabilidades.

Conclusão

A doutrina é fruto da experiência, da tecnologia e da visão. Entretanto, na falta da experiência, a análise teórica é uma ferramenta que possibilita o desenvolvimento da doutrina, de uma estratégia e de táticas de emprego, bem como a definição da melhor tecnologia a ser usada para o sucesso das operações militares. O analista tem que se lembrar apenas de que a matemática e a estatística estão para o cientista, assim como o poste está para o bêbado; serve mais como apoio do que para iluminação. De qualquer forma podemos determinar a importância do primeiro tiro e da relação de forças em função da eficiência para o resultado do engajamento ■

Referências:

CORMAN, Darin. *Analytical modeling of beyond Visual Range Air Combat*.

PRZEMIENIECKI, J.S. *Mathematical methods in defense analyses*. 3rd ed. AIAA Education Series, 2000.

LANCHESTER, F. W. *Aircraft in warfare: the dawn of the Fourth Arm*, 1916.

CORONELISMO, ENXADA E VOTO:

o município e o regime representativo no Brasil

Autor: Victor Nunes Leal

*Síntese feita por Maria Ângela Lopes Sampaio

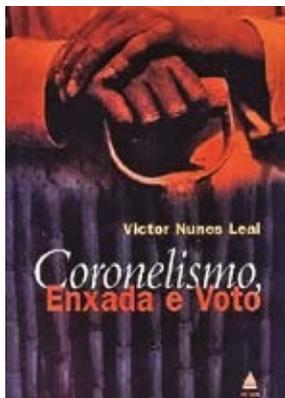
O autor, Victor Nunes Leal, nasceu em Alvorada, município de Carangola. Professor, advogado, doutor em ciências sociais e jornalista, provavelmente, por suas lembranças de infância na Zona da Mata mineira, pode melhor observar o sistema de poder e os processos políticos vigentes.

Sua dissertação de mestrado foi transformada no livro clássico da literatura política brasileira, publicado em 1948, sob o título: *Coronelismo, Enxada e Voto – O Município e o Regime Representativo no Brasil*. A obra não é só um conjunto de impressões pessoais, mas uma análise profunda indispensável ao entendimento da realidade brasileira.

O coronelismo é um sistema de poder político que se estendeu da Monarquia à República, ou seja, a partir de 1831 até 1930, caracterizando-se pelo enorme poder concentrado nas mãos de grandes proprietários, donos de latifúndios, fazendeiros ou prósperos senhores de engenho, que controlavam a vida política, social e eleitoral no Brasil. Foi incorporado ao vocabulário corrente para designar as particularidades da nossa política do interior.

Tal sistema teve origem na Guarda Nacional, criada pela Lei de 18 de agosto de 1831, na regência de Padre Diogo Antônio Feijó, para substituir as milícias e ordenanças do Período Colonial. A Guarda Nacional foi idealizada como instrumento de garantia da segurança e da ordem em todos os municípios do Império.

Para ser integrante dela, era preci-



so ser alguém de posse, com recurso suficiente para assumir os custos com uniforme e armas necessárias. Poderiam ser adquiridos títulos de tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel da Guarda Nacional (o posto de general era prerrogativa exclusiva do Exército), atribuindo-se, desse modo, poderes paramilitares a particulares, subordinados ao Ministério da Justiça e aos presidentes das províncias. Mais tarde, quando dominada toda a organização política pelo governo central, as patentes foram distribuídas aos correligionários, qualificados pelo prestígio e pela capacidade de mobilização eleitoral.

Estes coronéis eram mais atuantes no setor urbano (comerciante, coletor e religioso) e, sobretudo, no setor rural junto aos fazendeiros e senhores de terra. Após a abolição da escravatura e o início da República, a questão eleitoral ganhou grande importância, constituindo voto cativo dos trabalhadores rurais como arma de barganha, por causa da dependência destes aos patrões, considerados seus benfeitores.

O coronelismo é, sobretudo, uma

troca de proveitos entre o poder público e a liderança dos chefes locais do interior. Neste clima de reciprocidade, os representantes da estrutura agrária dão sustentação ao poder privado, mas dependiam dele para proporcionar os benefícios esperados pelos eleitores.

O florescimento pleno do coronelismo deu-se na época que vai da proclamação às presidências civis. Os presidentes das províncias coordenavam com os chefes locais o processo político, de modo a possibilitar, por eleições sucessivas, o poder econômico e político do grupo parental, que acarretava tanto o filhotismo como o mandonismo, ou seja, favores aos amigos e perseguição aos adversários.

Assim, a chamada *política dos governadores*, institucionalizada no Governo Campos Sales, tem como base o domínio sobre o voto por intermédio dos chefes municipais, com auxílio de fraudes e dádivas, tudo com a função precípua de ganhar as eleições.

Segundo o autor, as debilidades da organização judiciária e policial resultam do isolamento, da pobreza do país, da escassez de suas rendas públicas, da fragilidade humana e, em grande parte, do interesse menos escrupuloso, que determina o entrosamento de juizes, promotores, serventuários da justiça e delegados de polícia no generalizado sistema de compromisso do coronelismo.

O coronelismo, portanto, em sua aparente simplicidade, encobre uma grande complexidade ■



De Garcias e Bruxas

Paulo J. Pinto
ppi@gaveskywalkers.com.br



Eu já estava naquela fase da sonolência, entrando em Alfa e recapturando meus neurotransmissores, como tão bem nos explicou outro dia o Mestre Tacariju em uma aula para os Caçadores Jurássicos, quando eles começaram a trazer à vida aqueles pensamentos estranhos do passado sobre panes de T-6.

Inicialmente sobre uma quebra de hélice, que me pegou distraído, como Cadete, no Campo dos Afonsos, mas sem que o episódio evoluísse até à conclusão, logo surgiu um avião pousando de trem recolhido em Santa Cruz que, nesse caso, eu recordei bem como a emergência do Cardeal Saback, que foi maneiramente resolvida.

Tudo muito confuso e nebuloso, misturado com a notícia do T-6 da Fumaça, acidentado em Botafogo, que me chegou quando eu saía da igreja em um casamento na Haddock Lobo, na Tijuca. O gozado é que me lembro da Igreja, me lembro do acidente com o meu amigo Albernaz, mas não consigo lembrar, nem acordado, quem se casava.

Em certa hora, cheguei a meio que despertar e fiz o possível para ver se conseguia sedimentar bem essas *viagens* da sonolência, a fim de que eles não se

apagassem e eu não as recordasse no dia seguinte.

Em seguida, voltei à minha viagem em Alfa e ainda assisti, do pátio da Esquadrilha de Adestramento, em Santa Cruz, a um T-6 perder o motor a uns duzentos pés, decolando da Pista 04, mais ou menos no través do antigo Corpo da Guarda.

Foi angustiante saber que o piloto deveria ser um dos Cadetes do grupo que, em 1968, estava em Santa Cruz fazendo a instrução do Estágio Avançado. Cheguei a gritar comigo mesmo para ele não fizesse curva e se jogasse em frente – foi o que ele fez, se safando muito bem da *Bruxa*. Depois disso, ficou uma vaga lembrança de um *crash* de asa-delta e peguei no sono.

Quando acordei, era um lindo dia de domingo, desses do junho de Tim Maia, que os Irmãos Niño tanto andaram nos negando ultimamente, e fui à varanda ver a vida acontecer. Com o despontar do Sol vencendo a sombra da Joatinga, privilégio de quem mora por perto do *deck*, e só é iluminado no outono e inverno, bem mais tarde – nem sei se é privilégio, só sei que é frio *pra cacete* até a sombra se ir – o céu já se apresentava pintado de um azul que se confundia no horizonte, com o mar. Mas

que para mim, com a ausência absoluta de qualquer nuvem que lhe maculasse a limpidez, não era muito animador.

A água, também azul, límpida e cristalina, raridade nas proximidades do meu canto de mar, era um convite à vela, ao motor, ao mergulho e ao REP (Remada Em Pé – SUP é lá para a juventude esquerdista, que detesta americano, mas lhes copia tudo). Mas, como diriam alguns de meus amigos bem mais jovens, *essa não era a minha praia* – até que havia sido nos tempos longínquos de Santa Cruz e das idas de lancha à Restinga.

Hoje, como ontem e sempre, continuo voltado para os ares, de modo mais singelo e romântico, é verdade, e dependente dos ventos e das ascendentes térmicas. E, é justamente isso, que o esplendor do outono nega a quem voa livre no litoral do Rio, mais especificamente, em São Conrado.

A opção, já bastante habitual, foi



o papo das Velhas Águias no Clube da Barra – o voo livre nos fins de semana, infelizmente, já se assemelha ao trânsito carioca, gente demais e espaço de menos, especialmente nos últimos tempos, em que a atividade *magnificou* o caráter comercial do voo duplo. Quem quer voar por prazer, tem de sair da cidade. E aí o trânsito nas estradas desestimula a paciência de quem já se acomodou com o viver tranquilo da quarta idade. A solução agradável tem sido o papo no Clube.

Lá, tive a surpresa de encontrar o Zaga, um companheiro dos tempos de Brasília, hoje radicado em Recife, que nos visitava, e em meio às recordações, surgiram indagações sobre a origem da área do Aeroporto de Jacarepaguá e do Clube, que, no passado, foi campo de pouso de treinamento da Escola de Aeronáutica e, antes disso, pista de emergência da Aeropostal francesa. Como também foi uma

razoável quantidade de pistas que existiram no litoral, de Natal até Rio Grande, e que foram assumidas por nós, quando da Declaração de Guerra aos países do Eixo (há que lembrar que o Governo de Vichy, após assinado o armistício com a Alemanha, lhe era aliado). No Rio, tivemos Saquarema, Jacarepaguá e Marambaia (talvez, Cabo Frio, Maricá e Laranjeiras também).

A *nossa* área possuía três pistas formando um triângulo, e imagino que o aeroporto tenha aproveitado a de vento dominante de sul para se estabelecer, cabendo ao Clube um setor da enorme área restante cedido pela extinta ARSA.

Foi então que a conversa passou para o de sempre – avião, especificamente, T-6, quando mostrei um clipe de um voo feito em São Conrado por volta de 1992/1993, e que só me chegou às mãos, recentemente, quase 25 anos depois.

O Zaga então contou uma estória

bastante curiosa que me motivou a sentar e fazer este registro. Ele era instrutor de Fokker T-21 na Escola, talvez já Academia, e, sobrevoando a área com um Cadete, se deparou com um T-6 *pilonado* em uma vala, não lembro se na lateral ou no final de uma das pistas; a Área de Instrução de Nova Iguaçu dos meus tempos de Estágio Primário e Básico, provavelmente, já saturada pelo crescimento do tráfego do Galeão, e com o Estágio Avançado já em Pirassununga, deve ter sido desativada, mudando a atividade dos T-21 do Estágio Primário para a Barra da Tijuca, onde antes operavam os T-6.

Eu lembro que, quando no Estágio Avançado, não se pousava mais em Jacarepaguá, por que as pistas, invariavelmente, estavam alagadas. Era uma opção para pouso de emergência e eu até já havia meio que pré-estabelecido pousar de trem recolhido se algum dia viesse a ter uma pane

que me obrigasse a me despejar ali. Pane que na verdade, acabei tendo, mas antes de chegar à área, e sobre a qual já escrevi em outra ocasião.

Sobre a Barra da Tijuca, porém, há que lembrar que a civilização terminava onde hoje é a Praça do O, antigo Flamingo e, mais recentemente, Farol da Barra. No mais, salvo a orla, que já era asfaltada até ao Recreio, e onde já existiam alguns Clubes, acho que um deles, Nevada ou Riviera, que ainda existe com sua piscina circular, o resto era mato. Recordo bem que havia um alvo de bombardeio onde hoje está, mais ou menos, Nova Ipanema. Alvo, pelo que sei, utilizado na instrução de bombardeio dos Cadetes das turmas logo do após-guerra, usando Beech AT-7.

A Avenida das Américas, que não existia antes, já aberta ao tráfego quando deste episódio, projetava um possível acesso mais fácil ao campo, porquanto, até então, ele era feito por Jacarepaguá mesmo. A Via 11/Avenida Alvorada/Avenida Ayrton Sena, nomes sucessivos para a via ortogonal à praia, ainda era uma realidade perdida nos sonhos do Arquiteto Lúcio Costa, que, além de projetar Brasília, foi o responsável pelo magnífico Plano Urbano de toda a área da Barra da Tijuca.

Voltando ao campo, certa ocasião, encontrei em um depósito no Hangar Elefante Branco do CTA, um jornalzinho de aviação, bem simples, acho que de edição mensal e com data de 1930, quase um boletim, que fiz chegar ao MUSAL. Junto com ele, também, inúmeras outras publicações francesas, essas bem mais antigas, dos anos 20, de uma coleção particular do Professor do ITA Renée Marie Vandale (Renée Vandale foi um abnegado engenheiro belga que trabalhou nos projetos dos aviões Muniz e que, depois de retornar à Europa para se alistar ao eclodir a Guerra, voltou ao Brasil e veio a se incorporar ao Corpo Docente do ITA).

Nesse jornalzinho, havia um croqui do campo triangular de Jacarepaguá com o acesso marcado por uma trilha que partia das imediações da Casa Grande da Fazenda do Barão da Taquara, ainda hoje de pé, recuperada e imponente, na elevação ao final da Avenida Ayrton Sena. Devo dizer que vem desde essa época a minha atração pela Barra – e foi quando imaginei que o Rio teria de crescer nessa direção. Apaixonado pelo esplendor da região, decidi que um dia iria morar ali.

Pois bem, de volta ao T-6. O Zaga, preocupado que o piloto estivesse preso e

ferido, ainda no avião, decidiu incontinenti, pousar e prestar socorro. Aterrisou e chegou no T-6, que foi identificado como de Santa Cruz, e o encontrou vazio, com piloto já tendo tomado destino, pois o pouso, depois ele soube, havia ocorrido na véspera. A partir daí, começaria a sua odisseia particular.

Com a pista alagada, seria temerário tentar uma decolagem, e ele estava perdido, sozinho no local. Por sorte, no entanto, um helicóptero de Santa Cruz apareceu para iniciar o processo de retirada do T-6, e ele e o Cadete pegaram uma carona, sendo deixados nos Afonsos, com o T-21 ficando para trás. Tão logo chegou, ele foi instado a se explicar, diretamente com o Comandante, Brigadeiro Lebre. Este era famoso e renomado por ser um *fazejador*, daqueles para quem nada é difícil de fazer, e obstáculos e óbices existiam para serem vencidos – creio que ele foi o principal impulsionador da mudança da Academia para Pirassununga e também seu primeiro Comandante.

Pois o Zaga explicou a ele a sua nobre intenção de socorrer um companheiro piloto acidentado, possivelmente ferido, e foi elogiado por sua iniciativa. Em seguida, porém, recebeu a *Mensagem a Garcia*: – *Você pousou lá! Agora se vire para tirar o avião. Eu o quero na instrução amanhã.* Tendo arregimentado uma equipe, lá se foi o Zaga para Jacarepaguá. Como a Avenida das Américas já estava aberta, houve que *carregar* o T-21 nas costas pelo mato, até chegar ao asfalto. O que foi uma pedreira, um feito ciclópico, após o que, o avião foi cuidadosamente inspecionado e a Avenida interditada em uma extensão que permitisse a decolagem.

No dia seguinte, com um atraso apenas de vinte e quatro horas, o T-21 decolava para a instrução de rotina no Campo dos Afonsos.

Quando o Zaga terminou sua estória, foi a vez do nosso Chefe da Mesa do Alto Clero que, dando continuidade ao papo de T-6, contou que servia na Base do Galeão, vindo à pouca da instrução na Sorbonne



Vista aérea da Barra da Tijuca - RJ

da Caça em FZ e, como todo bom preá, chefiava aquelas seções menores, sendo o *cara* para cumprir as missões típicas de Tenente, as do *Garcia*. O seu relato foi despertado, não somente pelo caso do Zaga, mas, também, porque estávamos trocando ideias sobre a equipe recém-nomeada pelo Presidente Temer, em especial sobre determinado personagem, cujo pai, em tempos outros, fora um líder muito admirado e respeitado em nosso meio.

E foi justamente esse o personagem que originou a estória. O comando da Base necessitava de um piloto para ir a Porto Alegre buscá-lo para uma reunião importante no Rio, e o avião disponível era um T-6. Como na Base do Galeão certamente não existia muita gente disposta a encarar a máquina, conjecturo até que o avião não fosse do Galeão, e antes que o escalassem, o nosso Caçador se ofereceu: – *Eu vou*. O T-6 era o *G*, com mais autonomia que o tradicional modelo *D*, por ter tanques maiores. O *D*, tenho certeza, pegava 110 GL, 55 em cada asa, e, em bons aviões, se conseguia quatro horas de autonomia (com velocidade de 150 mph – nunca me arrisquei a voar mais de três horas e meia – o que fazíamos era secar um tanque até a pressão cair e mudar para o outro, e nesse voar o tempo da segurança). O modelo *G*, que voei muito pouco, creio que tinha capacidade para 150 GL e, o mais importante, era instrumentado e autorizado para voo IFR. Um radiocompasso, rádio VHF e Horizonte e Giro Direcional a vácuo. Pouco para a juventude de hoje, mas uma preciosidade para nós de então.

A decolagem foi feita com tempo CA-VOK (*Celeliling And Visibility Ok*) e pouso previsto em Santos para reabastecimento – ou talvez Floripa, não tenho certeza. O fato é que chegando a Canoas, e feitos os contatos, foi decidido que o passageiro estaria no Aeroporto Salgado Filho, e para lá foi o nosso piloto com o seu T-6. Também não tenho informações se o regresso foi imediato ou no dia seguinte. Mais uma vez, com tempo aberto, feito o plano de voo com pouso intermediário em Santos,

e destino final, Santa Cruz, partiu o T-6.

E aí, a *Bruxa* pintou de novo. O gerador pifou; a bateria também, ou seja, o avião ficou sem VHF (comunicações) e sem o radiocompasso (navegação). O recurso era a bússola chinesa e Navegação Estimada, Arco e Flecha. Como o tempo estava aberto, foi continuado o voo. Um detalhe, no T-6, como no C-47 e em aviões contemporâneos, aferia-se o Giro Direcional pela bússola chinesa e se voava com boa estabilização pelo Giro. Havia apenas que aferi-lo periodicamente (porque ele desviava na aferição inicial com o passar do tempo). Como o Giro era a vácuo, ele se manteve funcionando. Nada muito complicado para um piloto de C-47 do CAN, habituado às rotas da Amazônia voando VOR (*Visual Over River*) e ao Chico Radiocompasso (um cavalheiro local que embarcava para orientar o piloto a encontrar uma pista que sem ele era difícil de achar – só me lembro da estória, mas não sei onde era isso, acho que em Roraima)

Sem fazer exatamente a rota *Tubarão Contente*, naquela aerovia que puxava direto de Floripa até à Ilha Rasa, o nosso piloto, agora restrito ao voo VFR, foi-se chegando mais para os lados de Terra Firma, curtindo um *Céu de Brigadeiro*. Já próximo de Santos, fez as contas e, com tudo aberto, decidiu seguir sem pouso, direto para Santa Cruz. E era exatamente isso que a *Bruxa* estava aguardando que ele fizesse.

Já depois de Ubatuba, o céu foi ficando nublado e uma leve névoa aparecendo. Passando Anchieta, o teto ficou mais baixo, mas nada impeditivo. Foi em Laranjeiras/Paraty que a situação começou a ficar crítica, porque o fenômeno não era mais uma inofensiva névoa, mas sim um denso nevoeiro que obrigou a um tremendo *cisca* sobre o mar, justamente entrando na baía da Ilha Grande, onde a quantidade de ilhotas torna-se um perigo para quem está ciscando com visibilidade restrita – quantos de nós não andáramos levando susto por aquelas bandas! O nosso Caçador, com o combustível no limite, e sem condições

de retornar, só tinha uma alternativa: *vencer ou vencer*, como diria Nelson Rodrigues, ídolo de toda a sua família tricolor.

Decidiu ele, então, rasante e, com visibilidade restritíssima, abrir com muita cautela para a direita, a fim de passar por fora da Ilha Grande, e uma vez avistando-a, controlar o litoral de perto pela visão lateral.

Tudo deu certo, mas o final da Ilha, que lhe possibilitaria o salto para a Marambaia, não chegava. Foi quando, depois de algum tempo, que ele percebeu que tinha dado uma volta de autorama em volta da Ilha, pois estava passando por uma praia avistada meia hora antes. Menos mal, porque agora, bem localizado, ele identificou bem a passagem pela Ilha de Jorge Grego, à direita, e a Praia Lopez Mendes, à esquerda, e continuou até a ponta da Ilha, Ponta dos Castelhanos, de onde, sobre o mar e tomando a proa Leste, chegou na Marambaia. Ali estava em casa.

A partir da parte mais fina da Restinga, cerrado para os pescadores de praia, girou à esquerda para a proa 040 e, entrando em uma longa final, chegou na pista 04.

Depois de mais de cinco horas de voo, finalmente, avião no solo. O passageiro foi recolhido por uma viatura que já o aguardava, na saída da pista mesmo, porque foi até onde o T-6 chegou, depois de parar o motor sem combustível na corrida pouso.

Missão cumprida e *Bruxa* frustrada!

Quando decidi escrever sobre o pouso do T-6 em Jacarepaguá, saí em pesquisa para descobrir quem teria sido o piloto. Por informação do próprio Zaga, este fora o Tenente Norberto Cecconi, que por uma enorme coincidência, havia sido o Cadete que eu vira se safar da pane de decolagem em Santa Cruz. E, também, porque ele era Oficial do 14 em Canoas – servindo sob o comando do nosso Chefe da Mesa do Alto Clero, Carlão Baptista – onde veio a se acidentar fatalmente de TF-33, em 1970.

Eu nunca soube exatamente o que ele estaria fazendo em um T-6 de Santa Cruz na ocasião. Como também não tive a confirmação fidedigna de que ele era realmente o piloto ■

UMA GRANDE



O ano de 1960 prometia. Passara as férias de verão estudando. O professor Lídio Nusca, da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), não perdoava seus alunos de Física. Fiquei em segunda época. Em Espumoso, minha cidade natal, deixando a agitação dessa grande metrópole, alternava o tempo entre o estudo da apostila de Física, uma voltinha pela cidade para visitar algum parente, a resolução de alguns problemas do livro *200 Problemas de Calorimetria* e, ainda, espiando, de longe, uma garota, de quem nem sabia o nome, nova na cidade, a *guria da Renner*, filha do proprietário da franquia das Lojas Renner em Espumoso. Eu a olhava e sentia que ela olhava para mim. Estamos casados há pouco mais de cinquenta anos!

Voltando ao início do ano de 1960, último ano do Governo Juscelino Kubitschek, teríamos a inauguração de Brasília, em abril, com a transferência da Capital Federal, do Rio para lá. Teríamos eleições e, para nós, Alunos da EPCAR, os exames médicos e, para os aprovados nesses

exames e nas matérias do terceiro ano da Escola, já no Campo dos Afonsos, no Rio, o início tão sonhado do voo. E, para aqueles que lograssem *solar* a aeronave T-21 Fokker, dentro dos parâmetros estabelecidos, a promoção a Cadetes do Ar. Enfim, um ano cheio.

Passei na prova de Física. Para comemorar a aprovação, saí para comer uma pizza no Dino's. Na volta para a Escola, encontrei dois colegas, gaúchos também, que haviam comemorado mais do que eu: um por não ter sido aprovado e encerrar sua carreira por *jubilamento*, e o outro, por, como eu, ter sido aprovado. Apoiei-os, um em cada lado, e fomos os três cambaleando, em direção ao Portão da Guarda da EPCAR. Demoramos mas chegamos. Uns cinquenta metros antes, ao cruzar a linha de trem, consegui que andassem comigo sem qualquer amparo, julgando que cruzaríamos o portão sem qualquer inconveniente.

Oh, céus! Atrás de sua barriga e de seu sorriso de satisfação, lá estava o Ten. Jackson, que havia sido informado,

creio, pela patrulha da Escola. Não quis conversa. Nós três tivemos de atravessar a rua, adentrar no Corpo da Guarda e nos recolhemos ao xadrez, apesar de meus protestos, informando que tomara apenas uma Pepsi-Cola. Passei a noite naquele desconfortável lugar sem sequer dormir, procurando ficar longe dos estranhos ruídos e vômitos dos dois companheiros e de outros recolhidos mais tarde.

Ao amanhecer, fomos encaminhados para o alojamento para colocar a farda e nos dirigimos à sala do Aluno de Dia, onde deveríamos cumprir a punição de dez dias de prisão.

Felizmente, dois dias depois, fui liberado, pois o Comandante da Esquadrilha ouviu os dois companheiros, quando ambos, em ocasiões diferentes, depuseram a meu favor, declarando que eu apenas os estava auxiliando. Um deles seguiu comigo para os Afonsos. O outro regressou, definitivamente, para os pampas gaúchos.

No Campo dos Afonsos, *bixos* que éramos, o trote *corria frouxo*. Aulas de manhã, à tarde e trote à noite. Todas as

SURPRESA

noites. Nos fins de semana, para nós *laranjeiras*, também.

Animava-nos a expectativa do ano promissor e decisivo, bem como a certeza de que aquilo também passaria. Novos professores, e que professores! E o tempo passando!

Mês de junho e início dos exames médicos seletivos para o início do voo. O bicho papão, naquele momento, eram os testes psicotécnicos e o eletroencefalograma. Nessa fase, várias dezenas de companheiros, amigos já, deixaram a Escola, desligados pelo diagnóstico condenatório: *Incapaz para o fim a que se destina*.

Fiz meu exame médico e não tive, sob minha modesta ótica, qualquer dificuldade. O resultado do meu exame, no entanto, demorou muito a chegar. Diariamente, o Boletim Interno publicava dezenas de resultados, uns favoráveis, outros não. Os colegas já frequentavam o Estágio de Seleção de Pilotos Militares (ESPM) e eu continuava aguardando. Quando os primeiros colegas começaram a voar, finalmente recebi uma *cartinha* do Instituto de Seleção, Controle e Pesquisa (ISCP), informando meu diagnóstico: *Incapaz temporariamente devendo fazer tratamento especializado*. Procurei, imediatamente, o Posto Médico e fui atendido pelo Maj Méd Lobão, que ficou muito mais interessado na mancha azul que eu possuía na testa, do que no tratamento que eu deveria fazer. Para isso, encaminhou-me para outro médico para tratar uma sinusite, laudo que constava dos códigos que acompanhavam a notificação do ISCP. Eu deveria tratar a sinusite e fazer novo exame médico antes de começar o voo.

Foi-me receitado, diariamente, por 30 dias: 1. Tomar uma injeção de penicilina de milhões de unidades; 2. Fazer três seções de inalação com Inalante Yatropan; e 3. Fazer duas aplicações de infravermelho na região frontal da cabeça. Pensei em

ponderar com o médico que jamais havia sentido qualquer tipo de dor de cabeça, mas desisti. Aluno da EPCAR, na Escola da Aeronáutica, não ponderava nada.

Imediatamente iniciei o tratamento. Concomitantemente, meus companheiros, todos, já estavam voando, e o alojamento da 4ª Esquadilha andava animadíssimo. Histórias fantásticas eram contadas por emocionados ases com duas ou três horas de voo. E eu comparecendo, várias vezes por dia, ao Posto Médico, para tratar minha sinusite.

No dia 16 de novembro, quase ao mesmo tempo, três Alunos do 3º ano da EPCAR solaram o T-21 Fokker, com, apenas, cerca de oito horas de voo. Fantástico! Eram os nossos heróis. Foi monumental o banho deles no lagozinho do *laché*, em frente ao Cassino dos Oficiais.

Os dias que se seguiam foram plenos de duas rotinas que se opunham pelo sentimento contraditório que envolviam. A alegria daqueles que *solavam* e a tristeza daqueles que não o conseguiam dentro das normas estabelecidas. Estes eram desligados da Escola.

E eu fazendo aplicações de luz infravermelha, tomando injeções diárias de penicilina e fazendo inalações diversas vezes por dia. Preocupado, vi o ano aproximar-

-se, rapidamente, de seu, fim sem que eu tivesse iniciado o voo.

Finalmente, terminei o tratamento e fui encaminhado para nova inspeção de saúde.

O voo da minha Turma entrava no chamado *funil*; os Instrutores, já cansados, não mais aplicavam o mesmo esforço inicial para que seus alunos solassem, o que ocorria no início, numa espécie de competição entre eles. Nessa fase, ocorria o contrário, ou seja, do nosso ponto de vista, parecia que os Instrutores apostavam em quem desligaria mais alunos.

Acordei muito cedo e fui levado até o ISCP, no prédio do Ministério da Aeronáutica. Identifiquei-me e mandaram-me esperar em uma sala. Nada de tirar sangue e radiografia, primeiras ações do exame médico. Passados aqueles minutos, que pareceram horas, entrou na sala um Oficial Médico. Major, pareceu-me. Perguntou meu nome, que coincidiu com a ficha que tinha em suas mãos e, sem qualquer cerimônia, como se aquele não fosse um momento crucial para as minhas pretensões, sentenciou: – **Cadete, a sinusite não era sua!**

Solei o T-21 Fokker, no dia 6 de janeiro de 1961. Não fui o último a solar, entretanto foi o último dia em que um Aluno daquela Turma logrou ter êxito no cheque para solo ■



Lago do laché, em frente ao Cassino dos Oficiais - Campo dos Afonsos

“FERRO GOSTA

Base Aérea de Florianópolis, 2 de abril de 1979. O U7 2602 (Piper Sêneca), recentemente equipado com um penico de aço inox, tamanho grande, decola rumo a Brasília, tripulado pelo Cel Av Alamiro (Comandante da Base) e pelo Ten Cel Av Kallfelz (GSB).

Missão: obter, junto à Secretaria de Finanças da Aeronáutica, recursos para a instalação de rede de esgotos, troca do grupo gerador para uso emergencial (o existente era de 1941 e não gerava mais energia nem para acender uma lâmpada de 60W), e colocação de ponteiras (poços de pequena profundidade) para completar o insuficiente fornecimento de água por parte da empresa responsável.

Escala em Uberaba e pouso em Brasília como programado. À tarde fomos procurar o Brig. Milhomens, então Secretário de

Finanças da Aeronáutica, para solicitar os recursos. Conhecido por sua parcimoniosa e criteriosa administração financeira, o Brigadeiro era um osso duro de roer. O Cel. Alamiro encarregou-me das *negociações*, visto que eu tinha tido uma agradável convivência com o Brigadeiro, nascida nas areias do Leblon. Como nossa petição era bem fundamentada e necessária, conseguimos aquilo que viéramos pleitear.

Após um lauto jantar de pizzas na cidade, voltamos à Base Aérea de Brasília para um bom sono, com a certeza do *dever cumprido*.

No dia seguinte, iniciamos o retorno com escala em Uberaba e, após, Floripa, via Bauru e Curitiba, cabendo a mim a pilotagem nesta etapa. Após o sobrevoo de Bauru, as condições meteorológicas deterioraram-se rapidamente – aquelas *frentes* comuns no Sul – e fizemos um des-

vio para sudoeste, na tentativa de contornar o mau tempo. A turbulência aumentou ao ponto de tornar o controle do avião bastante trabalhoso. A tela do radar de bordo, de repente, mostrou-se mais vermelha que rosto de donzela embaraçada (ainda existe tal figura?) e a turbulência atingiu um nível que tornava o avião quase incontrolável. Lembrei-me então de um *papo de cassino* no qual um companheiro afirmara que o Piper Sêneca era uma versão bimotor do Piper Cherokee, realizada sem as alterações estruturais necessárias e suficientes (se é verdade ou não, perguntem no Posto Ipiranga...). O fato é que tal lembrança acrescentou mais apreensão a quem já estava suficientemente preocupado (aviador pode não ter medo, mas receio...).

O desvio anteriormente executado, evidentemente, em nada melhorara a situ-



É DE CHÃO”

ação. Tentar descer à procura de menos turbulência era impensável, visto que estávamos em região montanhosa. A esperança era encontrar um *buraco* que permitisse a descida visual. E ele surgiu. Piquei o Sêneca ao máximo, obtendo condições visuais ao atingir um teto estimado em trezentos pés, sob forte chuva. Após poucos minutos de *ciscagem* avistamos uma fazenda com uma pista de terra e para lá fomos. Após um tráfego quase sem visibilidade, fazendo curvas fechadas, meio flap, trem em cima e com velocidade de segurança, consegui enquadrar a pista já numa curtíssima final, com trem embaixo, cruzando a cabeceira alto, e com velocidade bem acima da recomendada.

Surpresa! A pista tinha sido há muito abandonada e estava tomada por cupinzeiros. Sem condições para uma arremetida, pensei numa frase de meu colega e amigo

Blower: *Ferro gosta é de chão!*. Enfiei o nariz no lamaçal, digo, pista, e lá fomos nós colidindo com os cupinzeiros e levantando lama até pararmos.

Saímos do avião sem qualquer arranhão, com muita chuva por cima e muito barro por baixo, sendo recebidos de imediato, por dois enormes cães Fila. Só faltava essa, pensei. Mas os cachorros eram muito amistosos e pareciam nos dar boas-vindas. O dono da fazenda chegou em seguida com alguns peões. Após retirarmos nossos pertences, verificamos que o avião sofrera *apenas pequenas avarias* (nariz, roda do nariz, trem direito, hélices, motor direito e asa direita destroçados, bem como algumas *escoriações* do lado esquerdo) e fomos para a sede da fazenda, onde nos foi oferecido – e aceito – um copo de boa cachaça, seguido de chimarrão.

Por meio de radioamadores conseguimos contato com a BAFL e com um quartel do Exército, pois estávamos próximos a Ponta Grossa, que enviou uma viatura para nos recolher.

Fomos recebidos pelo Comandante e pelo seu pessoal com muita cortesia. Após uma reconfortante sopa, fomos dormir com alguns pontos no corpo *altamente coçáveis* – seria uma pulguenta lembrança dos amigos Fila?

No dia seguinte fomos resgatados por um helicóptero do 2º/10º GA, na época sediado na BAFL.

Conclusão: o penico ficou para o dono da fazenda, como lembrança; o Cel. Alamiro e eu, após quinze dias e uma inspeção de saúde, estávamos liberados para o voo; e o FAB 2602, até onde eu sei, abandonou a atividade aérea em definitivo... ■



MEDIDA DAS COISAS

Turma Agora Vai

no Curso de Seleção de Pilotos de Caça

Fortaleza - 1968

1. Bukowitz
2. Araken
3. Bellon
4. César
5. Barillari
6. Gehring
7. Berto
8. Ivan Nunes
9. Ceccni
10. Reginaldo
11. Montgomeri
12. Mourão
13. Maurício
14. De Souza
15. Hoog
16. Altomar
17. Neves
18. João Bosco
19. Germano
20. Américo
21. Túlio
22. Daemon
23. Adhemar
24. Póvoas
25. Rodrigues



A nossa memória é impregnada por experiências vividas, estudos, educação formal e informal, enfim é o apoio para o nosso pensamento gerar reflexões e então atuarmos na realidade.

Os jovens que escolheram a Aviação Militar como profissão trilharam seus caminhos na Escola de Aeronáutica, no legendário Campo dos Afonsos, ou, posteriormente ao ano de 1970, até os tempos atuais, na Academia da Força Aérea, uma joia incrustada na cidade de Pirassununga.

Todos esses jovens cadetes retêm na memória a marcante transição para a vida adulta e profissional inerentes à Arma Aérea, como cuidar do corpo, a devoção aos estudos, formação do companheirismo e responsabilidade de seus atos emoldurados por valores.

Esta conduta fundamenta-se na ética, sustentada pela filosofia, na busca da verdade, na moral cristã, no direito romano, nos pilares da cultura ocidental.

O ponto fora da curva nesta trajetória, porém, é a experiência de voar. Atinge o âmago do ser, o coração, e provoca no piloto sensíveis mudanças, inebriando sua alma.

Desde cedo é obrigado a ver que não é um dos deuses do Olimpo, mas um homem limitado por sua natureza.

Percebe-se, então, a necessidade de conhecer a medida das coisas, a que orienta como executar as manobras aéreas, sobreviver e retornar ao campo de pouso.

Entretanto não podemos olvidar que somos pilotos militares brasileiros, preparados para a defesa da pátria.

Ao rebuscar na memória a saga da formação da Nação brasileira, encontramos a miscigenação do português conquistador, dos guerreiros tupinambás, tupis, e, também outros, e da força do negro africano.

Além dessa saudável e bela miscigenação, dois fatores importantes alicerçaram a base da nascente civilização: a determinação de se manter

um território indiviso e a preservação da unidade da língua portuguesa.

Neste contexto, os jovens oficiais, formados com valores morais, impregnados de sua nacionalidade e alicerçando suas ações conforme a medida das coisas, criaram uma cultura aeronáutica influenciando a cultura nacional, mormente pela sua capacidade de promover tanto a integração nacional como a identidade nacional.

Como exemplo, destacamos alguns feitos importantes:

– A participação da Força Aérea Brasileira, com o 1º Grupo de Aviação de Caça e a 2ª ELO durante a Segunda Guerra Mundial, nos céus da Itália, onde combateu bravamente os regimes totalitários;

– O Correio Aéreo Nacional, que permitiu integrar núcleos de populações indígenas e caboclas perdidas na vastidão do território nacional;

– O Instituto Tecnológico da Aeronáutica, modelar complexo científico-tecnológico, permitindo a criação e o desenvolvimento da indústria aeronáutica;

– A Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, implantando cerca de 150 aeródromos pavimentados, numa extensão de terras correspondente a 60% do território nacional;

– O Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, órgão central do Sistema da Cultura da Aeronáutica, que tem a finalidade de pesquisar, desenvolver, divulgar, preservar, controlar e estimular as atividades referentes à memória e à cultura da aeronáutica brasileira;

– O Departamento de Controle do Espaço Aéreo, configurando o controle e a vigilância do espaço aéreo; e

– A Universidade da Força Aérea, com a criação do mestrado em Ciências Aeronáuticas, em 2004, que permitiu que o pensamento aeronáutico se mesclasse ao mundo acadêmico.

Essas realizações levaram anos e envelheceram este jovem oficial, mas não a sua memória que, vez ou outra, aflora na lembrança, uma alegria de ter sobrevoado este imenso e querido Brasil ■





**Acesse a programação
e informações do nosso
Clube de Aeronáutica
www.caer.org.br**

NÓS TEMOS UMA NOVIDADE PARA VOCÊ QUE É FÃ DA AVIAÇÃO E DA ACROBACIA AÉREA.

O novo site da Esquadrilha Ceu acaba de ser publicado e gostaríamos muito de convidá-lo a embarcar em nossa história.



Em nosso site você poderá conhecer os **pilotos**, as **aeronaves utilizadas para as acrobacias aéreas**, as **manobras executadas** e ainda ficar por dentro do que **acontece com a Esquadrilha Ceu**.

Acesse www.esquadrilhaceu.com.br

Vai ser um prazer tê-lo a bordo!



/esquadrilhaceu



@esquadrilhaceu



